

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE JULHO DE 2013

NÚMERO 6.569

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Valmir Comin  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 048ª Sessão Ordinária realizada em 19/06/2013 .....2 Ata da 020ª Sessão Especial realizada em 19/06/2013 ..... 15</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ata da Presidência ..... 18 Atos da Presidência DL ..... 18 Atos da Mesa DL ..... 18</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação ..... 19 Mensagens Governamentais ..... ..... 19 Ofícios ..... 23 Portarias ..... 27 Projeto de Emenda Constitucional ..... 31 Projetos de Lei ..... 32 Projeto de Lei Complementar ..... ..... 32</p>
--	--	---

## PLENÁRIO

# ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, nossos amigos catarinenses, quero fazer uma saudação especial aos vereadores Claudinei Pressi, Sérgio de Mello e Clóvis Bergamaschi, nosso ex-prefeito do município de Penha, hoje vereador no município, que estão aqui presentes, visitando esta capital para tratar da audiência pública da segurança, que acontecerá no dia 11 de julho.

Também quero fazer uma saudação especial aos meus amigos de São Miguel d'Oeste, o Leandro, o Gabriel, o Bruno e o Adilson Fontana, meu amigo Quico. Também vejo o Murilo, presidente do Sindemosc, que sempre tem feito um trabalho muito grande em defesa daquele sindicato, de todos os seus associados etc.

Na sessão de hoje, srs. deputados, quero prestar uma justa homenagem ao Sicoob-Credimoc, do município de Xanxerê, requerida pelo meu amigo presidente da Câmara de Vereadores deste município, Fernando Callfass, pelos 25 anos de funcionamento e serviços prestados em Xanxerê e região.

(Passa a ler.)

"A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Meio Oeste Catarinense - Siccob-Credimoc SC, foi constituída em cinco de julho de 1988. A área de atuação da

Credimoc abrange os municípios de Xanxerê, Abelardo Luz, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Ipuacu e Ouro Verde. A Credimoc está instalada no centro de Xanxerê, em uma das mais modernas agências da região, valorizando as pessoas e famílias dos municípios atendidos. Conta hoje com 7.351 associados, já deve ter mais, porque sabemos que esse número cresce pela credibilidade e pelo trabalho que ela representa para a região, e 42 colaboradores nas quatro agências de atendimento.

Tal iniciativa tem o intuito de reconhecer o trabalho prestado pela cooperativa à sociedade catarinense no meio oeste do estado de Santa Catarina. O Sicoob-Credimoc é uma cooperativa de crédito com sede em Xanxerê, que integra o Siccob, o maior sistema cooperativo de crédito do Brasil.

A sociedade está cada vez mais reconhecendo o cooperativismo de crédito como um sistema que fornece serviços e produtos financeiros de forma justa e democrática, gera empregos, renda, redução de desigualdades sociais e prioriza o desenvolvimento regional sustentável.

O sistema cooperativo consiste a cada associado ser o patrão, participante e não há exploração econômica.

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, Siccob, nasceu de um sonho: fazer do Brasil um país mais justo e democrático. Por

isso, nas cooperativas Sicoob, os associados, além de usuários dos produtos e serviços financeiros, também são os donos dos negócios, com direitos e deveres a cumprir.

As cooperativas de crédito do Sicoob são instituições financeiras sólidas e seguras, regulamentadas pelo Banco Central do Brasil e integram um sistema forte e solidário do qual também fazem parte a Confederação Nacional das Cooperativas do Siccob Ltda.

O sucesso do Sicoob-Credimoc, em Xanxerê e região, ao longo desses 25 anos, deve-se à competência hoje do gerente-geral Odir Francisco Sette, que gerencia os destinos da cooperativa, bem como ao presidente da cooperativa, Ivalino Martarello.

A iniciativa visa a homenagear uma instituição que vem fomentando o cooperativismo de Xanxerê e região nos 25 anos. Os números do setor ressaltam a força deste trabalho, e a homenagem tem o objetivo claro de incentivar cada vez mais adesões e fortalecimento da cooperativa que tem um papel importante no desenvolvimento do nosso estado.

O cooperativismo reúne aproximadamente um bilhão de pessoas em mais de 100 países, sendo responsável pela geração de 100 milhões de empregos. No Brasil, existem hoje 6,5 mil cooperativas e aproximadamente 10 milhões de cooperados, em 13 diferentes ramos de atuação.

Essa placa que irei entregar pessoalmente aos representantes do Sicoob nos próximos dias representa uma homenagem da Assembleia Legislativa e vem assinada pelo nosso eminente presidente, deputado Joares Ponticelli, que é um símbolo do nosso reconhecimento pelo trabalho que o Sicoob-Credimoc faz em Santa Catarina, especialmente por essa comemoração de 25 anos em Xanxerê e região.

Essa homenagem é uma iniciativa do nosso vereador Fernando Callfass, nosso presidente da Câmara de Vereadores de Xanxerê, que representa o pensamento não só do município, mas também de toda a região.

Então, nossos parabéns ao Sicoob-Credimoc Xanxerê, aos seus servidores, associados, enfim, a toda comunidade de Xanxerê, pelo trabalho do Sicoob-Credimoc do nosso querido município de Xanxerê.

Para finalizar, quero ressaltar que recebemos e já encaminhamos o pedido do vereador Fernando Callfass, junto com outros vereadores, ao DNIT, a respeito da duplicação da BR no perímetro urbano de Xanxerê. Infelizmente a empresa que realizava o serviço, por problemas técnicos e financeiros, deixou de fazer. E hoje a população de Xanxerê enfrenta um grande transtorno. Assim sendo, é urgente que o governo federal defina outra empresa para concluir aquela obra, inclusive fazendo a duplicação em mais três quilômetros, para quem vai do litoral para o oeste, já que teremos investimentos do governo federal naquela área em empresas que precisam de acesso e que precisam daquela rodovia duplicada.

Então, a Câmara de Vereadores de Xanxerê já aprovou pedido nesse sentido, e nós também aproveitamos para reeditar esse pedido via Assembleia Legislativa, para que o município de Campo Erê venha a ser contemplado. Um município que enfrenta um grande desenvolvimento, com excelentes perspectivas, qualidade de vida, um povo bom, trabalhador, que mereceu e merece aquela obra de duplicação, mas que infelizmente encontrou problemas técnicos e que por isso encontra-se paralisada.

Nós passamos ali quase seguidamente, pois estamos lá visitando nossos amigos. Ainda no domingo estive na

família Callfass, e estamos sempre acompanhando o anseio daquela população em ver aquele projeto concluído.

Parabéns à Credimoc, ao sistema Siccob, parabéns a Xanxerê.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o presidente, os deputados desta Casa e dizer que acabo de receber a informação de que Gean Loureiro sofreu um acidente na BR-101, entre Balneário Camboriú e Itajaí. Ele ficou preso nas ferragens, e o motorista está internado. Vamos desejar aqui uma boa recuperação ao Gean e ao seu motorista. O Gean tem demonstrado ser uma grande figura à frente da Fatma.

Ontem, estive em Brasília, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, e acompanhei o lançamento do marco regulatório da mineração, pela presidente Dilma Rousseff. Isso vai estimular a competitividade, dar transparência à questão das lavras minerais no estado e no país e estabelecer novas normativas para quem tiver o direito de lavras para investimentos.

Isso significa que o governo está olhando com prioridade essas questões e definiu um percentual em relação aos *royalties*, onde 65% ficará com os municípios, 23% com os estados e 12% com a união.

Durante a metade do pronunciamento a presidente Dilma manifestou-se a respeito dos movimentos sociais que tomaram as ruas, neste país.

Com muita grandeza ela deixou claro, a todos os governantes, que precisamos ouvir as vozes das ruas, porque na medida em que se melhoram as condições de vida, novas demandas existem, e aí a busca pelo direito à cidadania, à saúde, à educação, à segurança e, principalmente, mais combate à corrupção, tendo em vista que parte dos movimentos questionam os investimentos que estão sendo feitos nos campos de futebol da Copa.

Então, esses movimentos representam a voz da democracia, e o nosso país tem avançado nisso.

Senhores, é exatamente na questão do combate à corrupção e pela transparência pública que eu aqui vou me manifestar, sr. presidente. E aí o deputado Jorge Teixeira poderá nos acompanhar depois, na cidade de Lontras, pois vou fazer o convite a respeito do que está acontecendo naquela pedreira de Salto Pilão.

É importante deixar claro a todos os cidadãos que existe uma usina e que foi feito um termo de ajuste de conduta, segundo o qual parte dos quase quinhentos mil metros cúbicos de brita terá que ser retirada até o final do ano. Porém, é para uso público, deputado Jorge Teixeira, v.exa. bem sabe disso, de acordo com autorização do DNPM.

O nosso vereador do PT vem sofrendo ameaças, porque ele, ao manter contato com o secretário de Obras daquele município... O secretário encontrava-se no britador e junto com ele estava o vice-prefeito, Ademir. Mas o secretário de Obras se esqueceu de desligar o telefone. E o nosso vereador, inteligentemente, gravou por 31 minutos a conversa entre os dois na pedreira.

Isso mostra, nitidamente, que com o formato e a estrutura que tem lá se construiu um verdadeiro desvio de interesse público, porque os cidadãos de Lontra não estão sendo atendidos. Ao mesmo tempo, questionamentos sobre as horas gravadas que são registradas e

as horas executadas de trabalho no britador de Lontras...

Para o senhor ter uma noção, deputado, eu gostaria que ouvisse o trecho de um minuto apenas, onde aparecesse a expressão do secretário dizendo: Estamos ricos! Nunca se teve tanto material. E o vice-prefeito, parece-me, é o proprietário do britador, porque manda e desmanda, diz aonde vai, aonde não vai etc.

Peço que coloquem o vídeo, rapidamente, somente para se ter uma noção do tamanho do processo que se construiu em Lontras.

(Procede-se à exibição da gravação.)

Isso é apenas um pouquinho dos 31 minutos gravados, tendo em vista as falácias que têm tipo: "nunca tivemos tanto material, estamos ricos; vamos ter que arrumar um britador para Fulano de Tal." Porque para um cidadão aqui eles já tinham mandado 36 cargas, e ele está pedindo mais 20. E aí o vice diz que teria que contratar um britador só para ele. "Se pintar mais algumas horas aí, teremos que repartir com o Vitorino." Também não sei quem é. "Não dá para ficar parado essa jaguarada." É um chama o outro de sem-vergonha. É uma brigaçada dentro do esquema, deputado Padre Pedro Baldissera, que acho que tem que abençoar todo mundo lá para se entenderem, porque daqui a pouco vão estar se matando.

O que se mostra claramente aqui é que o vice-prefeito, sr. Ademir Barboza, vai ter que se explicar muito nesse cenário, porque ele comanda aquele britador, manda parar a brita que iria para Rio do Sul. Em determinado momento ele diz que é para parar e que não é para entregar mais, porque estão tirando brita deles.

Esse britador que tem lá, da prefeitura, é um britador que não vale R\$ 70 mil, é um britador que faz 30 a 35 cúbicos de produção por hora. Um britador novo custa em torno de R\$ 100 mil. E aí tem compra de peças, no valor de R\$ 139 mil, para utilizar num britador que está lá dentro, terceirizado. Coisa que a prefeitura também não passou pela Câmara de Vereadores.

Então, aqui quero me solidarizar com o vereador Revelino Kletemberg, do nosso partido, cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores de Lontras, o Marcionei Hilleshiem, que também ao verificar isso começou a apurar as informações. E temos a convicção de que a prefeita, sra. Martina Zucatelli, ao ter conhecimento desses dados, tomará providências, porque isso não pode mais continuar. O correto ali era ter feito um acordo com a Amavi, associação dos municípios, montado uma estrutura para atender a todos os municípios e não apenas dois, três como está acontecendo, porque aquele material está lá de acordo com o TNPM para ser utilizado com a finalidade pública e não com a finalidade que está sendo usada.

Nesse material todo gravado existe uma série de informações que permitirá a Câmara de Vereadores fazer as devidas investigações. E mais uma vez a minha solidariedade ao vereador Revelino Kletemberg, da cidade de Lontras, que como vereador tem sido tão craque quanto o nosso ex-jogador da seleção brasileira, o Revelino, que jogou no Corinthians e foi campeão mundial. E, agora, com a Copa das Confederações, queremos aqui, neste momento, saudar a nossa seleção, pois hoje tem jogo e desejamos que o nosso time, efetivamente, continue orgulhando os brasileiros com essa garotada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito

para falar é o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na tarde de hoje para tecer alguns comentários relacionados ao nosso querido estado de Santa Catarina.

Santa Catarina, como nós sabemos, é um estado que apesar de pequeno em termos territoriais tem números invejáveis no *ranking* econômico nacional, tanto na produção agrícola-industrial quanto na qualidade de vida. Mesmo assim, o estado também enfrenta muitos problemas e desafios, já que faz parte da conjuntura nacional e do conjunto das nações. E para resolver problemas e enfrentar desafios, é necessária a participação tanto do estado em si, quanto das forças da sociedade. Foi isso que tem levado as lideranças empresariais a se engajar no esforço pelo crescimento e desenvolvimento de Santa Catarina, conscientes de que o governo do estado, sozinho, não vai conseguir encaminhar todas as soluções. Exemplo disso, e que merece o nosso reconhecimento, foi a iniciativa da Federação das Indústrias de Santa Catarina (o sistema Fiesc) de lançar o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense, reunindo informações e propostas para subsidiar ações futuras e promover, a longo prazo, uma dinâmica de prosperidade industrial.

De acordo com a Fiesc, o programa pretende formular até 2014 um documento com os principais pontos críticos que afetam o desenvolvimento da indústria no estado.

O programa da Fiesc, que na prática começou no ano passado, com a identificação dos 16 segmentos industriais com maior potencial de desenvolvimento, potencial chamado de setores portadores de futuro, explica que esses segmentos são: agroalimentar, bens de capital, máquinas e equipamentos, celulose, papel, cerâmica, construção civil, economia do mar, energia e indústrias emergentes, como a Aeronáutica, a nanotecnologia e a biotecnologia, meio ambiente, metalmeccânico e metalurgia, móveis e madeira, produtos químicos e plásticos, saúde, tecnologia de informação, comunicação têxtil, confecção e turismo.

A partir de agora o programa da Fiesc busca intensificar ações estratégicas para cada um desses segmentos, os quais receberam o nome de rotas estratégicas setoriais, que ajudarão na realização de diagnósticos com a identificação da situação atual, objetivo a ser alcançado no futuro, que precisa ser recuperado ou potencializado.

O presidente da Fiesc, Glauco Côrte, disse que a importância do programa e o seu alinhamento com a missão da Fiesc de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das indústrias... Para reforçar esse esforço do empresariado catarinense vamos destacar a afirmação do presidente da Fiesc de que as indústrias de Santa Catarina não se curvam diante das crises.

É preciso ressaltar, sr. presidente, um trabalho capitaneado pela Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Fiesc, junto com a Fiep, do estado do Paraná, e a Fierg, do estado do Rio Grande do Sul, dentro dessa esteira e dentro desse raciocínio em que se busca o diagnóstico preciso, exato, das potencialidades, das mais variadas regiões desses três estados do sul, dentro de uma ação integrada, respeitando as potencialidades das vocações, as peculiaridades de cada região, as suas autonomias. E nessa linha buscar um projeto dentro de um prisma macro no sistema modal e intermodal, interligando esses três estados com os demais estados da

federação, até mesmos os países do Mercosul, onde temos um setor modal e intermodal totalmente equivocado, engessado, por consequência da sua matriz rodoviária modal e intermodal.

O custo Brasil estabelece um parâmetro em média de R\$ 110 por tonelada no custo rodoviário. Enquanto que o ferroviário se estabelece num parâmetro de R\$ 75, ou seja, de R\$ 110 para R\$ 75 a tonelada. E o hidroviário e portos vêm para R\$ 45 por tonelada.

Infelizmente, tínhamos, em 1960, mais de 30 mil quilômetros de ferrovias neste país. Passadas décadas e décadas, e estamos no ano de 2013, mais de 50 anos, retrocedemos a 22 mil quilômetros de ferrovia, quando deveríamos estar num patamar de 80 mil a 100 mil quilômetros, perfazendo com isso uma condição de dar estrutura, de dar suporte às empresas privadas, à segurança jurídica, para poder investir e prospectar os seus negócios e seus valores.

Vejo com muita tristeza um navio chegar a um porto catarinense precisando esperar até 8 dias para fazer sua descarga, incorrendo em valores significativos, em dólar, e com isso, perdendo muscularidade e condições para competir nesse mercado globalizado, onde visualizamos os asiáticos, norte-americanos, europeus, de maneira especial os chineses, com os grandes navios Panamax, levando três ou quatro vezes mais quantidade de produtos e, com certeza, comprometendo cada vez mais o grau de competitividade das indústrias nacionais e catarinenses.

Um estado eminentemente exportador como é o nosso, que tem 1,1% do seu território nacional, que detém mais de 5,6% das exportações, que agora abre o mercado japonês, que é extremamente agregador de valores no seu produto, e que, no entanto, fica engessado, mesmo tendo vários portos, por essa condição de logística, de mobilidade, de condições de poder escoar o seu produto com facilidade, com custo reduzido para amenizar, baratear a cesta básica, o alimento, o custo Brasil.

Essas manifestações que estão acontecendo e que não têm uma pauta, um líder definido, demonstram, com certeza, o sentimento de repúdio e de indignação que aflora em muitos catarinenses e brasileiros pelo modelo equivocado, superado, saturado existente hoje no país.

O problema é eminentemente estrutural. E tenho certeza de que se os mais bem sucedidos, no fundo, também têm um sentimento de indignação, imaginem a população que tem que pagar os seus impostos com o salário reduzido, achatado ainda para poder suprir as necessidades dos seus.

Por isso é preciso que nós, líderes, possamos fazer uma reflexão mais precisa para diagnosticar essa vertente, porque é um assunto que assusta muitos, pois estamos lutando contra o desconhecido, mas, na verdade, sabemos que o problema é estrutural em todo país.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar esse tempo para falar sobre uma matéria que achei muito interessante, vista por olhos de quem não é brasileiro, que vive no Brasil e que está acompanhando esse movimento, essas manifestações no país

inteiro. É o correspondente internacional Juan Arias, natural de Almeria, na Espanha, responsável por enviar notícias do Brasil para jornais daquele país, especialmente para o *El País*.

Ele escreveu um artigo que deixa bem claro, mais ou menos, como é o olhar dos correspondentes de fora do país - e que estão aqui acompanhando o dia a dia do povo brasileiro e mandando para fora as informações desta terra, da nossa gente - em relação ao que está acontecendo.

Eu vou ler aqui essa matéria porque achei bastante interessante, e até para objeto de reflexão.

(Passa a ler.)

"Por que Brasil, e agora?"

Está criando confusão, dentro e fora do país, a crise criada de repente no Brasil pelo surgimento de protestos de rua, em primeiro lugar, nas cidades ricas de São Paulo e Rio, e agora se espalhando por todo o país e até mesmo pelos brasileiros no exterior.

No momento há mais perguntas para entender o que está acontecendo do que respostas para elas. Existe apenas certo consenso de que o Brasil, até então invejado internacionalmente, vive uma espécie de esquizofrenia ou paradoxo que ainda devem ser analisados e explicados.

Vamos começar com algumas perguntas:

Por que agora surge como um movimento de protesto como os que estão de volta em outros países, enquanto durante dez anos o Brasil vivia anestesiado pelo seu sucesso e aplaudido mundialmente? O Brasil é pior hoje do que dez anos atrás? Não, é melhor. Pelo menos é mais rico, tem menos pessoas pobres e crescem os milionários. É mais democrático e menos desigual.

Como é, então, que a presidente Dilma Rousseff, com uma aprovação popular de 75%, um recorde que superou o do popular Lula da Silva, pode ser vaiada várias vezes na abertura da Copa das Confederações, em Brasília, por quase 80 mil torcedores de classe média que podiam se dar ao luxo pagar até US\$ 400 por um ingresso?

Por que vão para as ruas para protestar contra o aumento do preço dos transportes públicos jovens que normalmente não utilizam esses meios, porque eles já têm carros, algo impensável ??há dez anos?"

Vejam bem, essa é a interpretação de uma pessoa de fora que está vivendo aqui no país.

(Continua lendo)

"Por que protestam estudantes de famílias que até pouco não sonhariam em ver seus filhos pisando em uma universidade?"

Por que aplaude aos manifestantes a classe C, recém-chegada da pobreza e pela primeira vez na sua vida capaz de comprar uma geladeira, uma máquina de lavar roupa, televisão e até mesmo uma moto ou um carro usado?

Por que o Brasil, muito orgulhoso de seu futebol, parece ser agora contra a Copa do Mundo chegando a manchar a abertura da Copa das Confederações com uma manifesto que produziu ferimentos, prisões e medo nos fãs que foram ao estádio?

Por que esses protestos violentos em um país invejado até mesmo pela Europa e pelos Estados Unidos por seu desemprego quase zero?

Por que protesto nas favelas, onde as pessoas dobraram sua renda e recuperaram a paz que a droga lhes roubara?"

Vejam bem estou lendo aqui uma matéria de um correspondente internacional que manda para fora aquilo que ele está entendendo.

(Continua lendo.)

"Por que de repente se levantaram em armas os índios que já têm 13% do país e têm o Supremo Tribunal Federal sempre ao lado de suas reivindicações?"

Os brasileiros são ingratos a quem lhes tem feito melhor?

As respostas para todas essas perguntas que produzem em muitos, começando com os políticos, uma espécie de perplexidade e espanto, poderia ser resumida em algumas questões.

Primeiro, você poderia dizer que, paradoxalmente, a culpa é de quem deu ao pobre um mínimo de dignidade: a renda não miserável, a possibilidade de ter uma conta bancária e acesso a crédito para comprar o que sempre foi um sonho para eles (eletrodomésticos, uma moto ou um carro). Talvez o paradoxo seja devido a isso: por ter colocado os filhos dos pobres na escola, onde não puderam ir seus pais e avós, e permitir aos jovens, todos brancos, negros, indígenas, pobres ou não, ir para a faculdade, fornecer livre acesso de saúde a todos e ter conseguido tudo o que transformou o Brasil em 20 anos em um país quase de primeiro mundo.

Os pobres chegados à nova classe média tornaram-se conscientes de ter tomado um salto qualitativo em matéria de consumo, e agora querem mais. Eles querem, por exemplo, serviços públicos de primeiro mundo, o que não tem e está longe de ter. Eles querem uma escola que além de acolher, ensine com qualidade, o que não existe. Querem uma universidade não politizada, ideológica ou burocrática. Eles a querem moderna, viva, para prepará-los para o trabalho futuro. Eles querem hospitais com dignidade, sem meses de espera, sem filas desumanas, onde eles sejam tratados como pessoas. Eles não querem que 25 bebês morram em 15 dias em um hospital de Belém, no estado do Pará. E eles querem sobretudo o que lhes falta politicamente: uma democracia mais madura, em que a polícia não continue agindo como na ditadura; querem partidos que não sejam, nas palavras do ex-presidente Lula, um 'negócio' para ficar rico; querem uma democracia onde exista uma oposição capaz de vigiar o poder. Querem políticos menos corruptos; querem menos desperdício em obras que consideram inúteis, quando ainda existem oito milhões de famílias sem moradia; querem uma justiça com menos impunidade, querem menos diferenças sociais abismais. Eles querem ver na cadeia os políticos corruptos.

Querem o impossível? Não. Ao contrário do que os movimentos de 68, quando queriam mudar o mundo, os brasileiros insatisfeitos com o já alcançado querem serviços públicos como no primeiro mundo. Eles querem um Brasil melhor. Nada mais. Em última análise, querem o que lhes foi incentivado a desejar: ser mais feliz ou menos infeliz do que eram no passado.

Já ouvi algumas pessoas dizerem: 'Mas o que mais essas pessoas querem?' A pergunta me faz lembrar de algumas famílias que dizem que, mesmo dando tudo para seus filhos, eles se revoltam do mesmo jeito.

Às vezes os pais esquecem que faltou nesse tudo algo que para os jovens é essencial: a atenção, a preocupação com o que eles querem e não o que às vezes é oferecido. Eles precisam não somente de ajuda e proteção, de serem pegos pelo braço: eles querem aprender a ser protagonistas.

E aos brasileiros mais jovens, que cresceram e se tornaram consciente não só do que eles já têm, mas do que ainda podem alcançar, está faltando apenas deixá-los serem os protagonistas de sua própria história,

especialmente quando eles provam ser extremamente criativos."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)(Faz soar a campainha.) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Essa é uma matéria de um correspondente internacional que escreve para o jornal *El País*, na Espanha. E só não concordei com ele em alguns itens, por exemplo, "as favelas onde as pessoas dobraram sua renda recuperaram a paz que a droga lhes roubara", porque lá continua cheio de droga, e a paz está longe de acontecer.

Ele também diz que vão para as ruas para protestar contra o aumento do preço dos transportes públicos jovens que normalmente não utilizam esses meios, porque eles já têm carros, algo impensável há dez anos.

Então, ele diz que os jovens que estão protestando, todos eles, têm carros, têm meio de transporte, não precisam de ônibus e estão protestando por protestar. Não concordo com isso, porque na verdade a maioria precisa usar o transporte público. E é por isso que estão protestando.

Eu só lamento que v.exa. não tenha me concedido mais 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - É que v.exa. não me solicitou. Mas para concluir, v.exa. tem mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agora falo também para quem está assistindo à TVAL.

Esses jovens que protestam nas ruas, conforme o repórter disse aqui, já não precisam mais de condução, porque agora têm seus veículos.

Senhores, acho que ele está fora da realidade, porque 90% desses jovens precisam, sim, do transporte coletivo, e de qualidade, para poder ir e vir em suas cidades. Essa que é a grande verdade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, hoje quero falar um pouco da história de um grande amigo nosso, lá da região, que tem a característica do empreendedorismo, de todo investidor, empresário, o micro, o pequeno, o médio, o grande empresário catarinense.

Falo de Azmi Ibrahim Muhamad Harmad.

(Passa a ler.)

"Aos 19 anos, o jovem tinha o desejo de conquistar sua independência e mudar de vida. Com diversos sonhos a serem conquistados, decidiu então logo mudar de continente. Sendo assim, lançou-se para o desconhecido. Ao chegar começou a trabalhar como vendedor ambulante de roupas, batendo de porta em porta, arriscando negociar com as poucas palavras escritas recém-aprendidas. Cerca de 50 anos depois, o jovem que chegou ao país estranho praticamente sem nada, colhe os frutos da semente que plantou e que originou uma rede de lojas que é sucesso em diversas cidades da região.

Essa história que parece retirada de um trecho de livro, é uma parte resumida da história de vida de Azmi Ibrahim Muhamad Harmad, dono da loja São Paulo Magazine em Lauro Müller.

Quando ainda morava na cidade de Belt Ur Tahta, palestina, na Ásia Ocidental, Azmin, faltando um ano para completar 20 anos de idade, decidiu juntamente com mais um conhecido, lançar-se além-mar. Eles tinham duas opções de países: Estados Unidos e Brasil. Por este último ser um país mais jovem, decidiram tentar a vida nessa nova terra.

Já no Brasil, tiveram como primeira parada o estado do Rio Grande do Sul. Azmin que já trabalhava com comércio, na sua terra natal, começou a trabalhar com venda de roupas de casa em casa. Depois de certo tempo, mudou-se para a cidade de Tubarão, em Santa Catarina, e lá ficou por três anos. Durante esse tempo conheceu toda região já que fazia vendas por diversas cidades. Em um desses municípios, Lauro Müller, por conta do movimento que a mineração gerava na cidade, Azmin, após juntar dinheiro, decidiu montar sua primeira loja, a Casa São Paulo, em 22 de abril de 1963. A loja, como o próprio empresário relata, se resumia em uma porta com acesso a pouquíssimos metros, não cabendo quase nada dentro do estabelecimento.

Confiante de que estava no caminho certo e com a certeza do seu potencial para os negócios, decidiu junto com sua esposa Solange, construir um empreendimento e, em 1984, inaugurou sua mais nova loja, agora já com o nome de São Paulo Magazine. O nome da loja faz referência à cidade paulistana, pois era lá que ele adquiria os produtos para abastecer sua loja. Na época, conta Azmin, para se chegar em São Paulo demorava-se cerca de três dias de viagem, já que as rodovias não eram pavimentadas e não existiam tantas linhas disponíveis de ônibus.

Com muita dedicação, honestidade e espírito de equipe, as lojas São Paulo Magazine estão presentes nas cidades de São Ludgero, Laguna, Braço do Norte, Urussanga, Tubarão, Capivari de Baixo e Lauro Müller. Também possuem fábrica, confecção e serigrafia, dentre outros empreendimentos, totalizando 14 empresas, onde são gerados 300 empregos que aumentam consideravelmente, no final do ano, quando aumentam as vendas."

Fiz questão, sr. presidente, de fazer este relato do sr. Azmin, do município de Lauro Müller, que caracteriza na essência o espírito empreendedor arrojado, mesmo não sendo brasileiro nato, mas aqui adotou como terra para viver, especialmente no sul do Brasil. E acabou incorporando o empreendedorismo catarinense, acreditando no potencial de seu negócio, enfrentando barreiras e grandes desafios, juntamente com sua família, e construiu esse patrimônio com muita dignidade.

Citei essa pessoa, porque ele tomou a decisão no momento em que se estabelecia na região a exploração do carvão. E no próximo dia 24 teremos, aqui na Assembleia Legislativa, um seminário do carvão, para debatermos essa questão, o ponto e contraponto, os prós e contras desse tão precioso minério, para o qual precisamos utilizar as melhores tecnologias já existentes no mundo. A exemplo da Alemanha que é considerada um país ambientalmente correto, com tecnologias de ponta.

Superadas as questões ambientais e, evidentemente, no marco regulatório, acontecerá, no dia 29 de agosto, o tão esperado leilão, através da Eletrobras, permitindo a geração de energia para o sistema integrado nacional a partir do carvão mineral de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Além do que as tecnologias possibilitam uma série de fatores, numa concepção de agregar valor e renda não só na geração de energia, mas na produção de cinzas em paralelo à cimenteira e à construção civil, sulfato de amônia, para a elaboração de

fertilizantes utilizados na agricultura brasileira. Produto esse que importamos, grande parte do exterior, em especial da Rússia, além da concepção da queima, juntamente na geração de energia a partir do carvão e o lixo urbano, que é um problema crucial crescente das pequenas, médias e grandes cidades no estado e no Brasil.

Por isso, vejo um momento tão especial referendando essa pessoa ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente!

Cumprimento todos os que nos acompanham, os srs. deputados e as sras. deputadas, toda a nossa equipe que atua no dia a dia com a nossa assessoria, a equipe da Casa, o vereador Jonas Souza, de Passo de Torres, que nos está prestigiando hoje com a sua visita, também o vice-prefeito Paulo Roberto Cordeiro. Eles vieram para uma reunião às 18 horas, na Presidência, para discutir o problema relacionado ao desassoreamento do rio Mampituba.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Juntamente com o vereador Jonas Souza, presentes o presidente da Colônia de Pescadores, sr. Adriano Joaquim, o vice-prefeito Paulo Roberto Cordeiro e o jornalista do SCDL, Valmoci de Souza, os quais participam dessa reunião bem conduzida pelo sr. deputado Dirceu Dresch.

Esperamos contar com os deputados da região sul para resolver o problema daquela localidade.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito bem! Mas quero no início de minha fala, sr. presidente, novamente vir a esta tribuna para comentar e debater este grande movimento que acontece no país.

Ontem à noite, milhares de pessoas estiveram na frente desta Casa fazendo a sua mobilização.

A imprensa brasileira, os políticos brasileiros, sejam prefeitos, deputados, vereadores, governadores, Presidência da República, enfim, todos estão acompanhando este movimento, e uma das questões ou várias levantadas tem tudo a ver com a ação política deste país, seja em nível municipal ou federal, que são os grandes gargalos que este país enfrenta, os municípios, os estados, deputado Darci de Matos, no que se refere à questão urbana, ao trânsito, à corrupção, infelizmente presente em todos os níveis do nosso país.

Essa situação acontece em vários espaços, não só no público. Já comentava que este país precisa, sim, e a sociedade tem razão de se mobilizar, de não aceitar tudo que está aí e exigir mudanças.

Também queremos reconhecer, neste momento, nesta tribuna, o papel que o Partido dos Trabalhadores, o presidente Lula, assim como a presidente Dilma Rousseff, assumiram neste país, de atacar, sim, os grandes gargalos existentes, criando novas universidades, programas como o ProUni, programas na área da agricultura, ampliando as políticas públicas na área de segurança, enfim, em todas as áreas.

Em relação à área da saúde, alguém dizia ontem que o SUS não existe. Por isso, reafirmo que o Sistema Único de Saúde do Brasil é uma das melhores políticas do mundo em termos de atendimento ao conjunto da população.

Lamentavelmente, em muitos países, o povo pobre não tem um programa como o SUS que atende a milhões e milhões de pessoas. Nós temos, sim, que nos levantar contra a tabela SUS que precisa se reajustar, mas temos uma grande política conquistada a duras penas pela sociedade brasileira, que é o Sistema Único de Saúde.

Então, são muitos avanços que tivemos nesses últimos anos, são muitos passos que este Brasil deu, que até estamos em pleno emprego. Vencemos o grande embate como quando aquele em que o povo ia para a rua gritar: "Fora FMI". Nós não temos mais essa questão aqui colocada no país.

Portanto, foram políticas, investimentos, estratégias. E estamos voltando a investir em ferrovias, uma coisa que tinha sido abandonada, na questão da infraestrutura, nos grandes projetos das rodovias, como o da BR-101 que agora está indo para os finalmente aqui em Santa Catarina. Mas ainda temos grandes gargalos pela frente. E quando se fala na corrupção, quero voltar a reafirmar que não acredito que acabemos com a corrupção eleitoral, se não fizermos uma reforma política, fortalecendo os partidos para fortalecer a democracia. Não acredito no fim da corrupção, se continuarmos os financiamentos privados de campanha, em que o setor privado manda em grande parte dos políticos deste país, porque financiam as suas campanhas.

Outro debate que nós do PT estamos enfrentando, sim, é a regulamentação da mídia. Não é controle, precisamos é regulamentar isso, pois não é possível que políticos continuem sendo donos de meio de comunicação.

Isso tudo precisa ser resolvido. E precisamos encaminhar a punição das corrupções.

Temos também a questão da distribuição de renda. Vamos encarar esse debate de cobrar mais impostos das grandes fortunas neste país, pois não é possível alguns ter tudo e outros não ter nada. Nós não avançaremos na distribuição de renda, se não taxarmos as grandes fortunas desse país.

Então, para construir um país justo mexemos muito nas questões das taxa bancárias, na questão energética. Avançamos muito nesses anos todos no país, mas temos, com certeza, grandes desafios pela frente ainda.

Srs. deputados e todos que nos acompanham, entendemos que essa manifestação é justa. Ela precisa enfrentar os grandes temas deste país, precisa pressionar os políticos brasileiros, os governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal, para ampliar os direitos dos trabalhadores, construir política de acesso às políticas públicas nos municípios, nos estados e em nível nacional, com mais força ainda. Além disso, temos uma grande questão de fundo que este país enfrentou por muitos e muitos anos, que foi a entrega do patrimônio público à iniciativa privada, às empresas públicas estatais. Precisamos continuar esse debate.

Por isso, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores entendemos que esse movimento é legítimo, importante para a sociedade, principalmente para a juventude que não viveu o período de ditadura, que não viveu o período de inflação de quase 100% ao mês, esta juventude que não viveu o período e desemprego de mais de 20%.

Eles vivem outro momento, mas também querem construir a sua história, querem contribuir com o fortalecimento da democracia, porque se não tivesse democracia, com certeza não haveria essa mobilização social hoje.

O direito às redes sociais, como a internet, que antes poucos tinham acesso, hoje grande parte da população já tem. Mas ainda temos uma grande parte do povo brasileiro que não tem acesso à internet, principalmente no interior do nosso país.

Então, precisamos dar passos seguros. Agora, também queremos condenar aqui a violência que se está usando nessas mobilizações, fazendo, como, dizem baderna, saqueando lojas, enfim, quebrando prefeituras e empresas públicas. Com isso não podemos concordar.

Então, é com esse espírito que queremos participar deste momento que o Brasil vive, deste grande debate que o país enfrenta mais uma vez, das mobilizações, do debate nas redes sociais, do debate no dia a dia, em especial neste espaço, que é o espaço do debate, que é o Parlamento.

Então, em nome da nossa bancada falo nessas questões. O partido defende grandes questões, como por exemplo a convocação de uma constituinte especial para fazer a reforma política, porque entendemos que os deputados que estão aí, hoje, foram eleitos numa condição atual e não vão fazer a reforma que o Brasil precisa. E muitas outras questões precisamos continuar enfrentando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, saúdo o empresário Bonessi, de Joinville, que começou na agricultura, na terra do presidente Joares Ponticelli, Pouso Redondo, e hoje é um grande empresário na cidade de Joinville. Ele nos visita nesta tarde, acompanhado de seus amigos.

Sejam bem-vindos!

Sr. presidente, também desejo me pronunciar sobre o assunto que os deputados Ismael dos Santos e Dirceu Dresch debateram. E início falando do grande motivo que deu início às manifestações sociais jamais vistas neste país. E o motivo inicial que foi amplamente diversificado, porque hoje já são outras bandeiras, outras causas, mas o motivo inicial foi, efetivamente, a questão do transporte público no Brasil.

Tenho um Projeto de Lei n. 0234/2012, sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que tramita nesta Casa, há um ano. Ele foi diligenciado, arquivado, e voltamos com esse projeto que propõe que o governo do estado retire a cobrança do ICMS do óleo diesel para o transporte urbano de Santa Catarina.

Essa providência já foi tomada há anos, deputada Angela Albino, pelo governador do Ceará, o que propiciou a redução da passagem, há dois anos, e, recentemente, pelo estado do Paraná e agora outros estados do Brasil.

A presidente Dilma Rousseff, a quem tenho feito elogios pela sua gestão, tem tratado Santa Catarina com sensibilidade e elegância. Ela promoveu a desoneração da tarifa para o transporte coletivo do Brasil, tirando o PIS/Cofins, deputada Ana Paula Lima. Foi uma iniciativa fundamental, porque não há

outra maneira de melhorarmos o transporte coletivo do Brasil, ou melhor, de darmos acesso aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, a não ser a desoneração efetiva da tarifa. Seja a desoneração municipal, através da retirada do ISS, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que já foi prefeito, e a do estado, através da retirada da cobrança do ICMS do óleo diesel. E portanto faço um apelo ao governador Raimundo Colombo e ao secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni. Inclusive, ontem, o deputado Kennedy Nunes e eu tivemos a oportunidade de falar com o governador, em Joinville, sobre esse assunto.

A presidente Dilma Rousseff cumpriu a sua parte: desonerou a tarifa do transporte coletivo urbano do Brasil. E quem sabe, para os municípios acima de 50 mil habitantes, enfim, isso pode ser estudado, pode ser tratado, mas nós, homens públicos, precisamos, no que diz respeito ao transporte coletivo urbano do Brasil, dar uma resposta à sociedade e, sobretudo, aos nossos estudantes.

Sr. presidente, esse movimento sem precedentes na história do Brasil, deputada Angela Albino, porque os demais de há poucos anos tinham uma bandeira, um foco, um objetivo, era o processo de democratização do Brasil, Diretas Já, Fora Collor, enfim, esse movimento que reúne jovens, trabalhadores, profissionais liberais, idosos é efetivamente um movimento sem precedentes, porque não é um movimento partidário, não tem uma liderança, não tem uma bandeira, um foco determinado. Aliás, o foco desse movimento, no meu entendimento e certamente do nosso, nada mais é do que: não aguentamos mais a situação vivida por este país.

Precisamos dar respostas para a população. Esse é o grande motivo. A sociedade civil organizada está dando um recado para o Poder Público, às instituições e sobretudo para a classe política, para todos nós. Esse movimento, sr. presidente, pode até passar daqui a alguns dias, mas fica o recado. Ou melhoramos os nossos gestos, atos, comportamentos, ou damos respostas no campo da saúde, segurança, infraestrutura, dos serviços essenciais para a população, ou seremos efetivamente bombardeados pelos movimentos sociais, através das redes sociais em Santa Catarina e no Brasil.

A *Datafolha*, numa pesquisa recente, demonstra que houve uma queda brutal de credibilidade de todas as instituições, inclusive as igrejas, e as únicas instituições que gozam de uma credibilidade razoável ainda são as redes sociais e a imprensa no Brasil. Esse dado é preocupante e nos leva a uma reflexão profunda do modelo brasileiro, da nossa realidade, onde, de 12 meses, trabalhamos quatro meses e 15 dias para os entes públicos. E esses recursos, em vez de ficar nos municípios onde as coisas acontecem, vão para Brasília e muitas vezes não voltam.

Enfim, os problemas são inúmeros, e a população está nas ruas dando recado para todos nós, principalmente para nós que representamos a classe política e aos partidos políticos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pelo projeto, pois acho que é nessa linha que conseguiremos dar uma resposta rápida e eficaz na questão do transporte coletivo em Santa Catarina. Mas quero aqui apenas relembrar.

Agora, pegando o último viés do seu discurso, de que dizíamos que subtraída a

questão menor do vandalismo, que infelizmente ainda ocorre em algumas cidades, quero parabenizar a população da capital, porque ontem deu um exemplo de uma manifestação pacífica e ordeira. Porém, subtraindo essa questão, as manifestações são positivas, democráticas, saudáveis. E quero replicar aqui, deputado Darci de Matos, o que citava ontem da tribuna. Santo Agostinho, que viveu há 1.500 anos, dizia, e é tão atual sua mensagem, que a Esperança tem duas filhas: uma se chama Indignação e a outra Coragem. A indignação nos faz modificar aquilo que de fato está errado, equivocado, e a coragem nos dá o alento para de fato concretizar o sonho de um país diferente.

Desejo sucesso nessa sua meta de reduzir o ICMS do transporte coletivo em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabenizo v.exa. por esse projeto. Já estão falando em transporte público gratuito. E não é impensável isso. E como disse v.exa., a questão não está nos dez centavos, 20 centavos. A questão está com a indignação, com a corrupção, com a impunidade.

Vimos ontem pessoas que não usam o transporte coletivo urbano participarem do movimento. Eram jovens de classe média, de classe alta, que estavam lá protestando, porque entendem os muitos erros que politicamente se tem feito neste país.

Como vamos explicar para os jovens?

Ontem, tinha um caso aqui de uma senhora que há quatro meses está buscando uma cirurgia, e o SUS não conseguia atender. E daí, em Brasília, em vez de construir um hospital, se faz um estádio e R\$ 1 bilhão e meio, com 70 mil lugares, para dois ou três jogos da Copa do Mundo, num estado, num Distrito Federal onde a média de jogos do campeonato de Brasília é de três mil torcedores por jogo.

Nós vamos ter um elefante branco. O Brasil jogou R\$ 1 bilhão e meio numa obra que vai ser uma vergonha.

Em Brasília, o Hospital Sara Kubitschek é uma referência. Mas infelizmente, quando poderíamos ter dois ou três hospitais em nível de Brasil, vamos ter um elefante branco, que vai ser exemplo do desperdício do dinheiro público.

Então, é isso aí que está indignando a sociedade brasileira. É isso. É a corrupção, é a impunidade. E lá estava o pai que teve um filho assassinado e sabe que o autor do crime está na rua, que não foi punido.

Então, os R\$ 0,20, os R\$ 0,10, foram um símbolo para este momento de indignação que a sociedade brasileira está passando, com algumas ações, principalmente governamentais, totalmente fora de sintonia com o que o povo pensa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Eu acho, deputado Darci, que temos que escutar as vozes das ruas, dos protestos, quando não há depreciação do patrimônio público.

Ontem a deputada Angela Albino disse que tinha um cartaz dizendo assim: Fora Zunino. Vocês sabem quem é o Zunino? O presidente do Avai.

Então o povo está indo para essas manifestações para reivindicar várias questões. E tem que deixar o povo se manifestar. Mas a Copa eu defendo. Eu fui uma que defendi que a Copa viesse para Florianópolis, como vários

parlamentares desta Casa. É isso que dá grandiosidade ao nosso país.

Os investimentos que fizerem lá, deputado Maurício Eskudlark, a maioria foi a iniciativa privada. Não vamos estragar um espetáculo tão lindo que é trazer a Copa para o nosso país, a Confederação. E depois v.exa. vai assistir aos jogos do Brasil, tenho certeza, como todos os brasileiros, torcendo por isso.

Mas as manifestações são justas. E acho que o povo tem que ser ouvido, sim, mas temos que discernir também o que é certo e o que é errado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada.

Sr. presidente, concluo, portanto, reconhecendo efetivamente a importância, deputado Gilmar Knaesel, da mobilização, dos movimentos realizados no Brasil, sobretudo ontem, em Florianópolis, com dez mil pessoas pacificamente lutando, reivindicando, sonhando com a paz, com a cidadania, com a solução da saúde pública, com a solução da educação e com a resposta do Poder Público para a população catarinense.

O movimento está de parabéns. E encerro lançando mão do pensamento de Santo Agostinho que diz: "Os que me bajulam me corrompem. Os que me criticam me corrigem". E os movimentos sociais com certeza estão tentando corrigir todos nós.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, obviamente também quero debater um pouco sobre as manifestações que estão acontecendo em todo país.

Na verdade, foi marcada uma panfletagem para chamar para o movimento de quinta-feira, no entanto, reuniu mais de dez mil pessoas em Florianópolis. Numa atitude inédita fecharam as duas pontes, passaram em frente à Assembleia Legislativa, muito calmamente. Tínhamos aqui a presença do cônsul do Japão, e ficamos bastante preocupados, porque havia uma sessão solene envolvendo a comunidade japonesa em comemoração aos 150 da imigração japonesa. Felizmente, foi uma manifestação muito tranquila.

Acompanhei, como militante do movimento social e depois como parlamentar, a revolta da catraca de 2004, 2005, 2009 e de 2010 quando já era suplente de deputado estadual e nem por isso a polícia poupou os manifestantes. Mas agora é um movimento absolutamente novo. Tenho defendido no meu partido que não devemos usar as réguas que estamos habituados para medir, para tentar entender esse movimento. Ontem tinha de tudo, ou seja, das mais legítimas manifestações até quem estava ali como num tipo de brincadeira. Mas o que tinha de substancial era um acúmulo de pautas do movimento social. Tinha discussão, particularmente do setor mais organizado, em torno da mobilidade urbana, em torno do direito à mobilidade urbana, dos milhões que são excluídos no país da mobilidade urbana. E este debate o movimento Passe Livre tem trazido com mais contundência no país, nos últimos anos, especialmente a partir de 2004, quando se organizou em todo o país e o movimento se intensificou, como uma forma de discutir esse direito.

Lembro que em 2004, quando se falava em direito ao passe livre, os mesmos que muitas vezes hoje ocupam a tribuna defen-

dendo o movimento, naquela época incentivaram a polícia a bater em estudantes, porque não deveriam pedir esse tipo de coisas, que era um absurdo, etc. E é curioso ver essa movimentação, porque os mesmos que mandaram baixar a polícia nos estudantes naquela época, agora parecem muito calmos com o mesmo movimento. Acho um equívoco esses setores que pensam que vão conseguir usar esse movimento para ajudar a desestabilizar o governo federal, porque é óbvio que há uma pauta subjacente aí.

Ontem havia cartazes de todas as ordens, mas alguns setores se interessam particularmente em focar naquilo que desgasta o governo federal. É o momento que precisamos para fazer um debate mais aprofundado, um debate maior sobre mobilidade urbana como direito instrumental a todos os outros direitos; a mobilidade urbana não vista como um negócio, mas como vimos um posto de saúde, uma escola, portanto, um direito fundamental que o estado precisa garantir.

Essa discussão que o movimento Passe Livre fez e faz desde 2004, muitos trataram como uma coisa marginal, como se fosse apenas uma baderna, mas são os mesmos que agora estão dizendo que é um grande ato heróico do povo.

João Amazonas, grande liderança do PCdoB, dizia que sempre que o povo está na rua é preciso estar junto com ele, é bom que o povo esteja na rua. Embora haja alguns discursos inflamados aqui, na contramão dos seus próprios partidos, que vão se aproximando cada vez mais do governo federal, gostaria de ver esses mesmos parlamentares nessas passeatas defendendo seus pontos de vista.

Porque é muito fácil falar daqui de dentro de uma redoma de vidro. Eu posso apontar três ou quatro aqui que já vi em passeata e que nunca vi em nenhuma outra passeata e em nenhuma outra movimentação. Eu conheço três ou quatro aqui que já apanharam de polícia e outros que incentivavam que se batesse em grevista, que se batesse em manifestante, que greve e movimento social deve ser criminalizado. Nós não vamos esquecer quando, recentemente, instituiu-se um setor específico para combater movimentos sociais, liderado por um agente policial em especial.

O recado que está vindo das ruas é muito contundente e precisamos ter sensibilidade para ouvi-lo. No mesmo dia em que o povo foi para a rua, o Congresso Nacional aprovou a espúria "cura gay". É por isso, talvez, que as ruas estejam tão cheias.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu iria utilizar a tribuna, até para registrar o nosso sentimento de dor pela morte do sr. Victor Bauer, ex-prefeito de Jaraguá do Sul e pai do senador Paulo Bauer, que faleceu no domingo. É claro que eu iria discorrer sobre a sua vida pública, e tenho certeza de que o deputado Gilmar Knaesel assim o fará.

Portanto, deixo para o deputado Gilmar Knaesel fazer algumas colocações sobre

a morte do sr. Victor Bauer, um cidadão que todos conheciam no norte de Santa Catarina, especialmente em função do Café Bauer que durante muitos anos frequentamos bastante.

Fica aqui o registro e o sentimento deste deputado pela morte do sr. Victor Bauer, pai do senador Paulo Bauer. E que se transmita também ao senador os nossos sentimentos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença neste recinto de Maryana Oliveira de Liz, presidente da Câmara de Bocaina do Sul, que vem acompanhada do sr. José Mariano da Silva, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Bocaina do Sul. Elas são duas pessoas dignas de respeito que vêm em busca de soluções para aquele município, e terão uma audiência conosco às 17h, em nosso gabinete, juntamente com outras lideranças de Bocaina do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fica feito o registro, deputado Reno Caramori, desejando-lhes as boas-vindas a este Parlamento!

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, no horário do PSDB, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, sras. deputadas, primeiramente gostaria de agradecer ao deputado Nilson Gonçalves por me ceder este espaço.

Através de um pela ordem, já se registrou nos Anais da Casa a perda de Victor Bauer, empresário e político, que honrou a região norte do estado, especialmente a cidade de Jaraguá do Sul. É pai do nosso senador Paulo Bauer. Mas eu gostaria que fosse anexado aos Anais da Casa a história do sr. Victor Bauer, no sentido de marcar a sua história definitivamente também aqui no Parlamento.

Faleceu às 7h50min deste domingo Victor Bauer, 78 anos, ex-prefeito de Jaraguá do Sul, município do norte de Santa Catarina. A informação foi divulgada pela assessoria do senador Paulo Bauer, filho de Victor. O ex-político e empresário morreu no Hospital São José, em decorrência de um enfarto cerebral. O velório está marcado para as 11h30min, na Paróquia Apóstolo Pedro. O enterro ocorre nesta segunda-feira, às 10h, no Cemitério Municipal, no centro de Jaraguá do Sul. O prefeito da cidade, Dieter Janssen, declarou luto oficial de três dias, a partir deste domingo. As bandeiras de todos os órgãos públicos da administração municipal estarão a meio mastro.

Victor Bauer nasceu em 6 de agosto de 1934, em Blumenau, e aos dois anos de idade mudou-se com a família para Jaraguá do Sul. Em 1953 serviu ao Exército, em Joinville. Três anos depois se casou com Elvira Henschel, com quem teve quatro filhos: Paulo Roberto, Marilu, Victor Júnior e Alberto Neto. O empresário começou trabalhando com o pai em uma padaria e com torrefação de café. Depois adquiriu a Fábrica de Chapéus Capri (1954 a 1975), que acabou vendendo para a Marcatto Chapéus. Retornou para a empresa de torrefação de café, permanecendo até 1994, quando foi vendida. Ingressou na carreira política em 1958, como vereador, cargo que ocupou até 1965, quando, antes de terminar o segundo mandato, foi eleito prefeito de Jaraguá do Sul. Exerceu a função de prefeito no período de 1966 a 1970. Em 1976, novamente candidato, foi eleito e permaneceu na função de prefeito no período de 1977 a 1982, quando problemas de saúde o afastaram da função.

Assumiu até o final do mandato o vice-prefeito Sigolf Schünke que permaneceu até 1983. Mesmo optando por dedicar-se à carreira de empresário, continuou apaixonado pela política e acompanhou de perto a trajetória de seu filho Paulo. Victor Bauer deixa esposa, quatro filhos, onze netos e quatro bisnetos. Por meio de nota emitida por sua assessoria, o senador Paulo Bauer afirmou que Victor "deixa a lembrança e os exemplos de um pai amigo, que viveu a vida com intensidade e simplicidade, de um homem sincero e verdadeiro e de um cidadão que, como homem público, escreveu sua história com as tintas da honradez e do trabalho (...)". E tenho certeza de que todos estão solidários com o senador Paulo Bauer, no sentido de que a família possa reencontrar todos os caminhos e as lições de vida que Victor Bauer deixou.

Mas o assunto que eu queria tratar em meu nome pessoal e em nome da bancada do PSDB, com a presença do deputado Dado Chereim, é este momento das manifestações que estamos vivendo no nosso país.

É claro que cada um faz a leitura sob o ponto de vista político, sociológico, alguns defendendo, outros contrariando. Mas na verdade, o meu sentimento a esse respeito é outro, é muito mais amplo. O meu pensamento a respeito dessas manifestações é que não é contra um partido, contra um político, mas na verdade contra o sistema, contra o nosso sistema federativo. É isso que está, no meu ponto de vista, em discussão, porque o nosso sistema federativo faliu, está quebrado, exauriu. E os nossos políticos não querem enxergar isso.

Somos o segundo maior país em carga tributária do mundo, só perdendo para a Suécia. E somos talvez a sétima ou a oitava economia do mundo. Mas onde está esse dinheiro? Onde fica o dinheiro dos impostos que o cidadão paga diariamente? Essa é a questão.

Temos serviços públicos no município, no estado e os da União que não funcionam. Não temos mais solução para a infraestrutura. Não temos solução para saúde, educação. Não tem solução para quase nada, deputado Reno Caramori. E onde está o dinheiro? Essa é a pergunta que o povo está fazendo. Ele se perde na burocracia, na corrupção, nos desvios. E é esse sistema federativo que tem que ser revisto neste país.

Como é que pode 70% que se arrecada ficar nas mãos do governo federal? Isso não é um sistema federativo, isso é um sistema unitário. E é claro que todos os governantes contribuíram para isso.

O nosso Congresso Nacional vai bem, muito obrigado, enquanto senadores e deputados federais vivem de emendas parlamentares para buscar sobrevida política para os coitados dos prefeitos que vão a Brasília em busca de uma emenda. E festejam essa emenda como um grande feito. Esse é o problema.

Há muito tempo os prefeitos já chamam atenção para isso. Quantas e quantas vezes ouvimos falar da marcha dos prefeitos, em Brasília, para reivindicarem recursos para a base da sociedade, que são os municípios? E fechamos os olhos, os ouvidos. E lá voltam os prefeitos para casa, quem sabe, com uma emenda no Orçamento-Geral da União para conseguir mais uma obrinha para as cidades ou, quem sabe, uma ambulância para resolver o seu problema.

Então, é esse sistema que está em discussão e não qualquer outra coisa que queiramos incluir nessa reivindicação. Nós temos que rever é o nosso sistema federativo. E dentro disso, deputado Reno Caramori, v.exa. que está há tanto tempo conosco, está

também a revisão novamente do presidencialismo, porque quando erramos a votar no presidencialismo levamos quatro anos para poder corrigir o erro. Enquanto no parlamentarismo, quando erramos, em seguida se corrige o erro, porque através da pressão popular caem os governos, como em tantos países que vemos por aí que têm o sistema parlamentarista.

Acho que é desse momento que vamos tirar, quem sabe, um futuro Brasil. A começar, volto a dizer, pela revisão do pacto federativo, deputado Valmir Comin, que v.exa., tenho certeza, e todos nós estamos consciente disso. Não é possível mais presenciarmos isso.

Eu fiz parte, quando aqui cheguei, de um movimento chamado Sul Meu País, que entendiam ser um movimento separatista. Mas não era movimento separatista, não! Era um movimento contrário à centralização, era um movimento que naquele momento já chamava a atenção de que o país não podia mais concentrar os recursos nas mãos do governo federal que além de lento, de burocrático, não opera, não funciona. E aí está o exemplo. E isso vai continuar acontecendo. E seja quem for o salvador da pátria que escolhermos como futuro presidente da República não vai conseguir corrigir! Não vai mudar, vai continuar a mesma coisa. E vamos continuar achando que ao dar uma ambulância para o município estamos fazendo um grande ato político e com isso fazendo o nosso papel de repre sentante.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, parabenoize v.exa. pelo tema abordado e pela sua linha de raciocínio. Quero corroborar com o seu discurso, com o seu pronunciamento e dizer mais, dizer que o problema é estrutural.

O modelo que está aí está falido, essa é a grande verdade. Está ultrapassado, pois mais de 70% da receita ficam com o governo federal, e as coisas acontecem aqui, na base, no município.

Com relação à saúde, imagine se qualquer um de nós precisasse levar o filho ao Sistema Único de Saúde, pois quando se chega ao médico a primeira coisa que vem é um pedido de ressonância magnética. São R\$ 700,00 ou seis meses, oito meses em fila de espera.

Se uma pessoa com padrão elevado já fica indignada com essa situação, imagine aquele que luta para garantir a comida dos seus filhos, dos seus familiares, quando consegue.

Agora, estamos visualizando o Congresso Nacional puxando da gaveta um projeto para diminuir a questão das taxas tributárias com relação ao passe, ao transporte coletivo. Mas por que não foi feito antes? E a Emenda 29, o Pacto Federativo? Então, na verdade, não existe uma pauta, uma bandeira definida.

São vários quesitos que se acumularam ao longo do tempo, e a sociedade já não tolera mais. E isso está acontecendo em todos os níveis, em todas as camadas da sociedade.

Por isso, parabenoize v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Valmir Comin, v.exa. dá o exemplo da área da saúde, mas não é diferente em qualquer outra área. E qualquer setor que queiramos debater encontraremos o mesmo eixo. Infelizmente, o povo não vê mais solução, está perdendo a esperança. E não estamos fazendo a solução.

Não tem mais como aumentar a carga tributária. Fala-se em diminuir em um ou outro setor, mas se tirar de um setor, acresce em outro. Então, não muda nada. Na verdade, estamos andando em círculos. E isso todo mundo está começando a perceber.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A reforma tributária tem que acontecer urgentemente. Mas o estado de Santa Catarina também tem que fazer uma distribuição mais exata do governo do estado para todos os municípios.

Quanto à questão da saúde, nobre deputado, às vezes, o SUS que defendo atende melhor do que muito plano particular de saúde. Nas questões da média e alta complexidade quem dá conta da saúde no país é o SUS. Em transplantes, em cirurgias cardíacas, onde os planos de saúde não atendem, o SUS atende com muita competência.

Queremos, sim, mais investimentos na saúde. Mas falar mal do SUS não aceitamos. Ele atende, em alguns casos, melhor do que os planos particulares.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputada Ana Paula, com todo o respeito a v.exa., não é esse o foco da nossa abordagem. Por um acaso usamos o exemplo da saúde, mas poderíamos ter usado o de qualquer outra área. Mas se fizermos uma pesquisa, com certeza veremos a saúde no topo das preocupações, assim como está a segurança, a educação.

Não estamos falando mal do SUS, estamos, sim, falando sobre o atual sistema federativo. E aí conclamo os nossos colegas deputados para uma reflexão no sentido de que este é o momento de mudar as coisas, através de um caminho sério, com alternativas visíveis para o futuro. E não adianta fazer remendos. Não é apenas uma reforma estrutural que vai mudar. Não é apenas de uma reforma tributária que precisamos. Mas sim também de uma reforma política, judiciária e muitas outras reformas.

Então, é melhor começarmos do zero, ou seja, com um novo sistema federativo e não um sistema unitário como o que estamos vivendo atualmente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, cumprimentar os nobres pares desta Casa, as sras. deputadas, os ouvintes da Rádio Alesc, da TVAL e dizer que o tema não poderia ser outro. Faz uma semana que as principais cidades brasileiras vivem uma atmosfera diferente. O país foi sacudido por movimentações que tomaram as ruas.

Em Brasília, o prédio do Congresso Nacional foi cercado, representando que a população exige mudanças. Ontem, aqui em Florianópolis e lá em Chapecó, as manifestações foram pacíficas, ordeiras. São provas de que não é preciso fazer quebra-quebra e arruaças, depredando o patrimônio público para ser ouvido.

Para esta semana ainda estão programadas outras concentrações, em diversos municípios catarinenses, a exemplo do

norte e do sul do estado, que estamos acompanhando pelas redes sociais. Espero que tudo corra de modo civilizado como foi na terça-feira.

O movimento é formado por jovens, na maioria estudantes, que se somam a trabalhadores levantando diversas bandeiras, não bandeiras partidárias, mas bandeiras que pedem a redução das tarifas do transporte público e garantia desse serviço com melhor qualidade. Ainda acompanhava, através da televisão, alguns manifestos, onde pudemos perceber que na verdade o objetivo maior é não misturar partidos frente a essa reivindicação social, porque, em muitas ocasiões, lá se levantavam uma ou duas bandeiras, e a população pedia que fossem retiradas, pois a palavra de ordem era: sem partidos.

São gritos pedindo o fim da corrupção, mais recursos para a educação e para a saúde. O manifesto não tem um alvo específico, trata-se de um alerta para todas as instituições, seja para o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

A população cansou de ver que suas reivindicações deixam de ser atendidas e viu que o país usou bilhões de reais para organizar a Copa do Mundo de 2014, mas repassa valores constitucionais para outros países. Agora nas redes sociais, a multidão se organizou e foi às ruas para dizer que quer mais além da Copa do Mundo, quer mais projetos assistenciais.

É nos municípios que pulsa a vida de um país; nas cidades é onde se pode medir qual a infraestrutura existente para atender à população, em todos os setores, seja transporte, saúde, educação e segurança. Já são décadas, e não somente agora, que o bolo concentrador dos recursos é dominado pelo poder central em Brasília.

Vivi a experiência de ter sido prefeito do município de Cunha Porã, por duas legislaturas, e sofri na pele as dificuldades de administrar uma cidade com poucos recursos financeiros, onde muito do que se arrecada é concentrado na capital federal. Prefeitos e governadores vivem de pires na mão, clamando por um convênio para poder levar um pouco de qualidade de vida para a população.

Atualmente a divisão das riquezas do país ainda é feita de forma desigual. Das receitas totais, a união concentra 51,96%, os estados, 29,70% e os municípios ficam com apenas 18,35%. Do índice total arrecadado pela união os municípios recebem repasses de apenas 13,85% para fazer frente aos investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Diante desse alerta da população está mais do que na hora de ser retomada a discussão do pacto federativo. É preciso redefinir percentuais de distribuição dos recursos de uma forma mais justa, onde realmente a população possa sentir as mudanças.

Essa manifestação, mais do que ser ouvida e respeitada, deve servir de alerta para todos os segmentos em que atingimos outro patamar, outro nível de vida, e as pessoas agora estão mais conscientes na busca de ter garantidos os seus direitos.

Além das questões do dia a dia, outro ponto tão importante quanto esse: é mais do que urgente a retomada das reformas que estão adormecidas nas gavetas do poder central, como a reforma tributária e a reforma eleitoral, apenas para citar essas duas.

Quem não compreender o que está acontecendo, poderá ficar de fora do processo de transformação da construção de um novo estágio do nosso país.

O povo não aguentou mais esperar, o povo cansou, e temos acompanhado o atraso de inúmeras obras de extrema importância para a vida do brasileiro, mais especificamente aqui em Santa Catarina. E lembro-me bem de quando era funcionário, servidor desta Casa, ainda em meados de 1997, 1998, 1999, quando nos deslocávamos para o oeste enfrentávamos engarrafamento na BR-101 que já estava em obras de duplicação. Lá se foram quase 14 anos dessa obra, e estamos ainda esperando. Enquanto isso, lá na China, vemos obras acontecerem do dia para a noite. Aqui no Brasil ficamos no discurso, na cobrança, na esperança, e todos nós num faz de conta que tudo isso está dando certo, que tudo está caminhando bem. Mas esse grande elefante está entendendo a sua força e está se levantando, como aconteceu em São Paulo, como aconteceu em Brasília, como aconteceu com aqueles que fizeram de forma pacífica no Rio de Janeiro, como foi aqui também em Florianópolis e lá em Chapecó, de forma ordeira, pacífica, mostrando a todos nós, governo e oposição, o recado, pois o povo não suporta mais esse tipo de encaminhamento.

Precisamos dar respostas mais pontuais para essa população. E aí vamos migrar para os problemas sociais que estão batendo à porta de todo mundo: a questão indígena, em que a Funai até agora não descobriu qual é o seu verdadeiro papel institucional, a razão pela qual foi criada e vive a promover um descompasso social, a destruir o verdadeiro significativo do direito à propriedade garantido pela Constituição Federal.

Ainda bem que a ministra Gleise Hoffmann já deu um grande exemplo no vizinho estado do Paraná, suspendendo todos os processos de demarcação, dando oportunidade ao contraditório, aquilo que a Funai não dá em todos os seus encaminhamentos. Ainda bem que isso está acontecendo lá. E espero que essa consciência também aconteça quanto às questões de Santa Catarina.

Ainda nesse caminhar todo, começamos a inverter o nosso verdadeiro papel, aquele que está lá na ponta, o nosso prefeito que está recebendo pedido do cidadão na porta de sua casa, quando não está na prefeitura ou quando é final de semana, o vereador que está lá participando dos eventos comunitários e lá recebe a reivindicação do cidadão pedindo que lá no seu município se execute uma obra prioritária, que lá no seu município tenha o atendimento por parte da municipalidade na realização das melhorias, na estrada do interior ou até mesmo na rua lá do bairro.

Esse cidadão que espera uma resposta rápida vai à prefeitura e lá vê o seu prefeito de mãos atadas, porque o recurso que tem para administrar o seu município apenas dá para fazer o básico da saúde, o básico da educação. Não sobra dinheiro para investimento. Por que tudo isso está acontecendo? Porque os papéis estão invertidos. O papel do governo federal não é comprar patrola para distribuir às prefeituras. O papel do governo federal não é comprar retroscavadeira para distribuir aos prefeitos, para agradar aos prefeitos que estão indo a Brasília. O papel do governo federal é colocar dinheiro na mão dos nossos prefeitos, para que eles possam realizar aquilo que a comunidade definir como prioridade lá na sua municipalidade. Não pode um poder central, lá de Brasília, ditar as regras do que é mais essencial e mais urgente no município lá do interior de Santa Catarina.

Os papéis estão invertidos. Estamos todos reféns de um governo central. E aqui não

se vai crítica somente ao partido que comanda este país, porque inúmeros partidos comandam o país hoje. É uma crítica que vem em consonância com as reivindicações da CNM, que por muitos e muitos anos, nas marchas de prefeitos a Brasília, bate nessa tecla de que os municípios precisam de mais recursos. É lá que o cidadão vive; é lá que o cidadão cobra os seus direitos, mas infelizmente a cada ano que passa percebemos que se encontra subterfúgios para a criação de contribuições para que essas contribuições constitucionais não sejam partilhadas com os municípios. E aí cada vez mais se concentra o bolo financeiro em Brasília e cada vez mais os nossos prefeitos se ajoelham na busca de miseráveis recursos, para dar satisfação ao seu eleitor de que eles têm agilidade na busca desses recursos, de que eles não têm preguiça de sair de seu município para ir a Florianópolis, para ir a Brasília buscar algo diferenciado para fazer com que o povo tenha um governo mais presente. Isso é totalmente equivocado.

Estivemos, dias atrás, em uma missão oficial desta Casa e lá podemos perceber que as coisas acontecem como uma celeridade enorme. E aí perguntávamos por que isso acontecia em vários municípios da região da Escandinávia. E lá eles prontamente falavam que o poder financeiro é do município, a maior quantia de recursos arrecadados fica no município, por isso conseguem realizar obras importantes.

Vamos enfrentar problemas muitos graves no momento em que formos discutir aqui em Santa Catarina a implementação daqueles projetos que aprendemos naqueles países, porque vamos chegar aos municípios e perceber que os prefeitos estranguladamente estão lutando para manter o mínimo do mínimo que falei há pouco.

Como é que vão ter recursos para construir e para investir em obras importantes que vão fazer o tratamento do resíduo tanto sólido quanto líquido? Novamente esses governos municipais terão que ir a Brasília buscar recurso do governo federal. Então, suas prioridades acabam ficando sempre para segundo, terceiro, quarto plano. Não vai nunca ser a primeira prioridade, porque vai sempre esbarrar na falta de recursos financeiros para a execução de obras importantíssimas.

Precisamos repensar esse modelo, pois esse recado que está vindo da voz do povo ser vê para todos nós. Ele não é somente para quem governa ou o estado ou o município ou a nação, ele serve para nós parlamentares deste país. Ou começamos a construir um modelo diferente, onde as pessoas possam ser inseridas não como pedintes, não como mendigos do dinheiro que está lá em Brasília, mas, sim, como detentores de um direito sagrado, fruto do seu imposto, ou amanhã ou depois todos nós vamos pagar muito caro por tudo isso que está acontecendo no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0389/2012, de autoria do deputado Dado Cheren.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0130/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que modifica o inciso II do art. 4º da lei n. 14.367, de 2008, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0066/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Integral (IDI), de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0080/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a instituição Casa dos Girassóis, com sede no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0087/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Instituto de Pós-Graduação e Atualização em Odontologia (IPENO), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0094/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Liga dos Ginganeiros de Biguaçu.

Ao projeto foi apresentada uma emenda global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão  
Em votação.  
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0112/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública o Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis.  
Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão  
Em votação.  
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicas (ABRACIT), de Florianópolis.  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão  
Em votação.  
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0126/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Academia de Letras de Nova Trento.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0130/2013, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frei Rogério, com sede no município de Anita Garibaldi.  
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0146/2013, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade

pública a Associação Coral do Santuário de Azambuja, com sede no município de Brusque.  
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0156/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias pela Infância Saudável (AVISA), de Itajaí.  
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0161/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública o Circolo Bergamasco Di Rio Maina, de Criciúma.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 5.989, de 1981, que declara de utilidade pública o Colégio Auxiliadora - 1º e 2º Graus, de Campos Novos.  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0366/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0367/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0368/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0369/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0370/2013, 0371/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0372/2013, de autoria do deputado Darci de Matos e 0373/2013, do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.  
O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, fiz o requerimento e vai entrar na pauta de amanhã. Mas quero fazer o registro que, nesta semana, a igreja Assembleia de Deus, de Joinville, da qual faço parte, está completando 80 anos de fundação, Jubileu de Carvalho. Portanto, hoje, vai ter uma sessão especial na Câmara de Vereadores, de Joinville, da qual vou participar, para comemorar os 80 anos da Assembleia de Deus, de Joinville, que é uma potência na cidade.  
Quero estender, em nome do pastor Sérgio, presidente da igreja, a minha palavra de incentivo por esse trabalho tão fantástico que faz, não somente cuidando da alma das pessoas, mas, principalmente, o trabalho social que é feito através da Sasedep.  
Fica o meu registro.  
Muito obrigado!  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência associa-se à manifestação de v.exa.  
O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.  
O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sobre o Requerimento n. 363, que é endereçado ao DNIT, com referência à duplicação da BR-282, no perímetro urbano do município de Xanxerê, infelizmente a empresa que construiu desistiu, faliu, e o município e toda a região do oeste sofrem com aquela obra paralisada.  
Então, foi uma moção que já foi aprovada na Câmara de Vereadores de Xanxerê, e nós renovamos aqui pela importância da obra.  
O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.  
O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, aproveitando as intervenções, faço uma questão de ordem apenas para registrar a presença do prefeito Pedro Ari Parizotto, do vice-prefeito, sr. Pedro Bringhenti, de Lindóia do Sul, que estão tratando de assuntos de interesse do município na capital e, neste momento, estão na Assembléia para conversas e articulações.  
Muito obrigado!  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.  
Esta Presidência registra e agradece as ilustres presenças do prefeito, vice-prefeito e demais representantes.  
Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0662/2013 a 0667/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0668/2013 e 0669/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0670/20123, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0671/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.  
Moção n. 0051/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, apelando pelo cancelamento da negociação da importação de banana proveniente do Equador.  
Em discussão.  
O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Darci de Matos.  
O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tivemos uma audiência há poucos dias, eu, o deputado Carlos Chiodini e o

deputado federal Mauro Mariani, com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com lideranças do setor da banana do norte do estado, que detêm 82% da produção de banana. Somos o terceiro estado brasileiro produtor de banana.

Fomos ao ministro solicitar que não desse continuidade à possibilidade da importação da banana do Equador por duas questões, a do preço, a questão econômica, e a fitossanitária, ou seja, naquele país eles fazem 70 aplicações de fungicida contra sigatoka e no Brasil fazemos apenas sete. Se esse produto entrar no Brasil, vamos acabar com a produção de banana brasileira.

Agora, tivemos a notícia de que o Brasil iniciou negociação com o Equador para a importação de banana. Portanto, deputada Ana Paula Lima, a nossa moção é no sentido de repudiar essa negociação e solicitar que o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento retarde ou dificulte ou não faça essa importação da banana, porque será uma tragédia para municípios como Corupá que tem 22% do seu movimento econômico ligado à banana e outras cidades, deputado Kennedy Nunes, como Joinville, Garuva, Guarimirim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. E também municípios do extremo sul catarinense, como Jacinto Machado e toda região.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, A deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também quero apoiar essa moção, porque é inadmissível, já que temos aqui grandes produtores de banana.

A banana de Corupá é a mais doce de nosso país e compete significativamente com a banana do Equador. É uma injustiça começar a negociação com aquele país.

Então, apoiando a moção do deputado, quero subscrever com o deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Na mesma linha, sr. presidente, em nome da bancada do PMDB, quero apoiar a moção do deputado Darci de Matos, dada a importância da bananicultura no nosso estado catarinense. São milhares de pequenas propriedades rurais que aqui produzem banana diferente da importada que vem do grande produtor, pois tem outro modo de produção em grande escala, que não condiz com a nossa realidade, fazendo essa concorrência desleal.

É evidente que o Brasil participa dos tratados internacionais do comércio e, agora, tem um brasileiro na Presidência da Organização Mundial do Comércio, mas é preciso encontrar um meio termo para fortalecer o produtor nacional, principalmente o catarinense.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas quero

somar apoio à moção do deputado Darci de Matos. Essa é uma preocupação antiga da federação dos bananicultores aqui de Santa Catarina. E o Brasil não pode dar um mau exemplo.

Os nossos produtores da região norte, do sul do estado também, usam tecnologia, cuidados fitossanitários, cuidados na aplicação de agrotóxicos, e a nossa legislação brasileira é muito exigente com relação a isso. E no Equador não tem nenhuma legislação que regule essas questões.

Por isso, a preocupação além com o produtor é com a saúde do brasileiro; por isso essa moção conta também com o nosso apoio.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero corroborar nessa esteira, deputado Darci de Matos, deputado José Milton Scheffer, deputado Carlos Chiodini. Eu fui um produtor de bananas por muitos e muitos anos. Carreguei alguns cachos de bananas neste lombo. Venho de uma família de 12 filhos produzindo bananas. Então, acho que realmente temos que trabalhar e proteger. É um produto nosso, autêntico. E a melhor banana do Brasil está no meu município de Siderópolis.

Por isso quero também assinar essa proposição.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, não sei se a melhor banana está no município de Siderópolis, mas sei que o estado de Santa Catarina é um grande produtor desse produto. E na ausência do nosso líder, quero dizer aqui também, deputado Darci de Matos, que a bancada do PSDB também se incorpora à sua manifestação em defesa dos bananicultores e da banana de Santa Catarina e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a moção.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, começo refletindo sobre a diferença que faz 100 mil pessoas na rua no estado do Rio de Janeiro, algumas centenas de milhares em algumas cidades do país e a possibilidade de termos no dia de amanhã, 20 de junho, quinta-feira, mais de um milhão de pessoas nas manifestações em todo o Brasil. Só aqui no estado de Santa Catarina trinta e poucas cidades, inclusive cidades em que nunca houve uma manifestação de rua, estão chamando para a mobilização popular. Então, parece-me que passaremos mais de um milhão no dia de amanhã. E isso faz uma diferença bastante grande, inclusive para definir o posicionamento de lideranças políticas formadoras de opinião e outros grandes arautos, daquilo que pode e daquilo que não pode numa sociedade como a nossa.

Tudo o que era feito até a última sexta-feira de repente ficou bonito. Tudo o que

não podia até na semana passada agora pode e é elogiado justamente por aqueles que criticavam.

Então, é pensar de fato a força que tem a organização popular. E nesse caso nem é a força de organização popular, mas é a manifestação popular na tomada de decisões, na formação da opinião pública inclusive. Isso é uma reflexão com aspectos de ironia, evidentemente, mas que serve para mostrar o que é a força da vontade popular, quando ela cresce e existe efetivamente.

Quem nos chamava de arruaceiros até ontem hoje enche a boca para elogiar os movimentos que fazem aquela mesma coisa que era tão proibida até o dia de ontem.

Muitos viram pela primeira vez ontem. Parece-me que muitos viram pela primeira vez no dia de ontem. Eu já vi aquelas pontes serem fechadas algumas vezes, nas últimas décadas, nesta capital, fechada pelos estudantes, pela luta do passe livre, fechada pelos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, em 2004, fechadas pelas organizações do movimento popular, em 2007. Depois disso, não. Aí se tornou de novo um tabu. E todo mundo encheu a boca para gritar, a ponte não, a ponte não. E usaremos todas as forças do mundo para que a ponte não.

Aqui foram dez mil, mas somados a todos os lugares chegaremos a um milhão, em breve.

Lembro-me que em março de 2007, quando tinha recém-assumido o mandato nesta Casa, participei de um movimento das organizações populares, das centrais sindicais dos trabalhadores etc. E num determinado momento, pela presença dessa enorme manifestação na cabeceira do lado de cá das pontes, as duas estavam paradas, os manifestantes vieram até ali, e a Polícia Militar se colocou na frente e ficou um impasse.

A pedido das principais lideranças do movimento, sugeri um acordo ao secretário da Segurança, na época deputado Ronaldo Benedet e ao comandante da Polícia Militar, coronel Eliezer Rodrigues, para liberar uma faixa da ponte para os manifestantes irem e na volta outra faixa, assim teríamos menos transtornos para todos. Então, eles botaram a responsabilidade nos meus ombros, e assim foi feito. E foi cumprido o acordo por ambas as partes, pela Polícia Militar e pelos manifestantes.

No outro dia, aqui, neste plenário, alguém me disse que eu poderia ser convocado para uma comissão de ética por ter ajudado a fechar a ponte no dia anterior. Não sei se falou brincando, evidentemente, porque a imprensa caiu em cima, chamando-me de arruaceiro etc. E repito, a ponte já estava fechada. Enfim, fui chamado de diversos nomes feios pelos mesmos formadores de opinião que de ontem para hoje estão descascando elogios.

Estou dizendo isso só para fazer uma reflexão a respeito da diferença que fazemos 100 mil pessoas nas ruas. Repito, amanhã chegaremos a um milhão, acredito que passaremos desse número, se somarmos todas as cidades do Brasil.

É legítimo o movimento. E quero parabenizar o comandante da Polícia Militar, coronel Nazareno, e o comandante do 4º Batalhão da PM, tenente coronel Araújo Gomes, pela postura que tiveram, como falei ontem. Eles mudaram a história e o comportamento da Polícia Militar diante da possibilidade de confrontos com movimentos populares. E tiveram uma postura digna de aplausos, não obstante as divergências no trato da questão salarial que estamos tendo neste momento, pois estamos discutindo junto ao governo as divergências existentes na política salarial e de direitos para os próximos anos para os militares estaduais.

Então, quero parabenizá-los pela capacidade de ter avaliado o momento político nacional. Sei das dificuldades, porque o movimento vai crescer, e tomara que continue pacífico, mas não podemos ter certeza. Aliás, a forma tranquila de ontem indica que quando também os órgãos públicos contribuem, não criminalizam a priori, os manifestantes também se comportam de forma mais pacífica.

Outra questão importante que quero registrar ainda neste tempo que falta é que estava lendo hoje na coluna do Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*, a importante frase, com a qual concordo plenamente: "Transporte ruim, moroso e caro"

Agora não é mais apenas algumas pessoas da sociedade que estão falando isso. É Moacir Pereira, na sua matéria principal da coluna do *Diário Catarinense* de hoje.

Que bom que se está percebendo isso, porque se esse foi o pavio que ascendeu esse mar de descontentamentos existentes, hoje, na sociedade brasileira, é preciso que isso seja refletido. Porque a mobilidade urbana é um dos principais problemas nacionais, ou pelo menos é o reflexo do problema nacional de uma sociedade dominada pelos monopólios, pelo latifúndio, pelo imperialismo do sistema bancário na sua associação com o próprio latifúndio e com o setor industrial, porque no Brasil há décadas definiram com prioridade o automóvel particular, e as indústrias automobilísticas mandam e desmandam nos sucessivos governos deste país.

Eu falo aqui em transporte público e gratuito e alguém se espanta. Não precisa se espantar - e deputado Kennedy Nunes, parabéns pela sua defesa nesse sentido também na cidade de Joinville -, porque se tirar os imensos benefícios que o estado brasileiro, com dinheiro público, tem dado ao monopólio do automóvel dá para fazer transporte gratuito para todo mundo no Brasil. E também gera emprego, evidentemente.

Basta definir, então, qual é a prioridade nacional e quem define a política e as necessidades do povo brasileiro. Esta é a reflexão que precisa ser feita para que possamos entender o que está acontecendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Parabéns pela sua posição!

Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre decano deputado Reno Caramori, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu me inscrevi para falar neste horário de Explicação Pessoal para prestar uma homenagem a um tradicionalista gaúcho, mas que vivia em Santa Catarina, que, lamentavelmente, nos deixou do convívio terrestre no dia 28 de maio de 2013, o nosso grande tradicionalista Avelino Pressoto, de Xanxerê.

Na sexta-feira próxima passada estivemos na assembleia do MTG no município de Lages e lá o MTG, consternadamente, prestou uma homenagem aos familiares de Avelino Pressoto.

Avelino Pressoto, que nasceu no dia 10 de julho de 1950 e teve o seu passamento no dia 28 de maio de 2013, fazia parte da comissão de Ética nas gestões 2008 a 2010, 2010 a 2012 e 2012 a 2014 ainda permanecia na comissão Fiscal. Era uma pessoa extraordinária, de excelente trato e preocupado com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que tratava com humildade todo o seu pessoal.

Embora não pertencente ao departamento da campeira do MTG, exercia a coordenação, com muita atenção, do

departamento Artístico do CTG Espelho da Tradição, de Xanxerê, do qual foi fundador e Patrão daquele CTG por mais de uma vez.

Foi também conselheiro da 12ª Região Tradicionalista durante dois anos e conselheiro do MTG em Santa Catarina desde 2010.

Não atuava no laço, por questões físicas, mas era um grande tradicionalista.

O Avelino Pressoto tinha uma dedicação especial como piaçito, com a prendinha, com a juventude e os adolescentes, com os tradicionais praticantes do tradicionalismo gaúcho na área artística, na declamação, na oratória, na dança. Era um grande incentivador.

Ele dizia que o tradicionalismo gaúcho fazia parte da sua vida, da sua família e dos seus amigos, porque ele reconhecia o quanto era importante a sua atuação mesmo com problemas físicos e levava a contento aquilo que fazia no seu CTG, junto ao MTG, com respeito, com obediência às regras internas do MTG, com as determinações legais do MTG, fazendo pelo engrandecimento do tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina.

Os seus familiares que o apoiavam em todos os sentidos sentem profundamente a sua falta. Os companheiros do tradicionalismo gaúcho, no semblante de cada representante de região na Câmara de Vereadores, na sexta-feira passada, em Lages, os sentimentos eram de tristeza, quando da homenagem que foi prestada aos seus familiares. Dá para se ver o quanto é importante o companheirismo dentro do tradicionalismo.

Tradicionalistas de todo o estado de Santa Catarina, do extremo sul ao extremo norte, do oeste à capital, todos os seus representantes de regiões, participaram da homenagem ao nosso querido amigo Avelino Pressoto, através de seus familiares.

Lamentamos quando perdemos um companheiro, mas lamenta-se muito mais quando se perde um companheiro do quilate do Avelino. Ele foi exemplo para muita gente, para muitos tradicionalistas. Levou muitos jovens e adolescentes para o caminho artístico, para o tradicionalismo. Mantinha uma relação de amizade muito grande, uma ligação entre a campeira e o artístico. Incentivava a campeira, onde também fazia as suas recomendações na prática do laço, para que fossem observadas as determinações do regulamento do MTG, para que tudo fosse feito dentro da lei, da proteção ao animal de montaria, da proteção da rês que fosse laçada, do tratamento na manguera, no tratamento desde a busca no campo da reses para a prática do laço. Ele fazia isso com uma dedicação, com uma orientação aos peões, aos companheiros do MTG, para que fossem observados os ditames do regulamento do MTG.

Com isso, nesta tarde, sr. presidente Kennedy Nunes, presto essa homenagem a esse grande tradicionalista Avelino Pressoto. Eu espero que o exemplo que ele deixou para os tradicionalistas não seja esquecido. Um homem íntegro, um homem voltado ao tradicionalismo, com o objetivo maior de buscar na juventude e na adolescência um esporte sadio. E aqui repito, um esporte onde temos craques, mas é o craque do tradicionalismo, é o craque no torneio de laço, é o craque na gineteada, é o craque no departamento artístico. Não é o craque do cachimbo. Lá não se pratica esse ato, lá nos preservamos por aqueles que mantêm a sua saúde com integridade, para que possamos cada vez mais divulgar o tradicionalismo.

Por isso faço esse registro, srs. deputados e sras. deputadas, para prestar a homenagem ao MTG, a Santa Catarina, em nome do nosso grande amigo Avelino Pressoto.

O MTG tem a preocupação, tanto quanto tinha o Avelino, de fazer com que o tradicionalismo gaúcho, cada vez mais, represente a velha tradição. A exemplo daqueles que usavam a prática do laço, do pialo, nas castrações e nas marcações campo afora, iniciadas lá no Rio Grande do Sul. Uma cultura da dança, da culinária, buscada também na origem em outros países do sul deste Brasil, mas que o Rio Grande propagou para o Brasil todo, o respeito principalmente à tradição, o respeito à educação, o respeito ao cidadão, o respeito ao piaçito, à prendinha, ao jovem e aos mais criados, às prendas, aos peões, aos padrões, dentro de uma hierarquia recomendada pelo tradicionalismo. Mas cada um na sua atividade, mostrando ao Brasil, a Santa Catarina e ao mundo o quanto é importante uma tradição que vem de centenas de anos.

Neste ano o MTG completa 40 anos em Santa Catarina, e as programações são intensas, além das programações internas dos CTGs em cada região, em cada município, em homenagem aos 40 anos de tradição em Santa Catarina.

Por isso, parabéns aos tradicionalistas de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, desejo falar muito rapidamente e não ocuparei os dez minutos a que tenho direito.

Já falei há pouco em nome do nosso partido aqui da bancada, sobre o momento que o Brasil vive, já fiz o meu comentário, mas quero fazer uma cobrança, sr. presidente.

Estamos em uma situação de conflito entre o município de Saudades e Cunha Porã. Já faz dois anos que estamos construindo uma alternativa de assentamento, talvez uma das primeiras experiências no país, um assentamento provisório, deputada Ana Paula, para os indígenas, lá no município de Bandeirantes. É uma área de 800 hectares, onde fomos buscar uma alternativa.

Em vários momentos isso foi discutido com o governador, e lá em Pinhalzinho, no Itaipu Rural Show, ele publicamente anunciou, o próprio secretário João Rodrigues e o governador, se tivesse um documento assinado dos índios, da Funai e do Ministério Público Federal de que os índios vão para a área, ele compraria essa área.

Está tudo acertado, inclusive ele chamou os dois prefeitos para uma reunião na segunda-feira. E os índios e a Funai estavam aqui, numa reunião, no Centro Administrativo, e anunciaram que iriam comprar a área para assentar o indígenas lá no município de Bandeirantes. Está tudo acertado. A Funai mandou um documento, tem documento assinado, mas agora não se toma providência.

Então, só estou ocupando a tribuna para cobrar. Já cobrei pessoalmente do governador, os prefeitos já cobraram, o movimento dos agricultores já cobrou, e há acordo entre todo mundo de que se deve encaminhar isso.

Por que não encaminhar isso? Há um anúncio feito, há um compromisso feito, e queremos que esse compromisso seja honrado. É isso que quero trazer aqui, nesta perspectiva de garantir de fato que esse acordo, esse encaminhamento seja feito pelo governador Raimundo Colombo, de amenizar esse conflito.

Na semana passada houve mais um ato, mais uma mobilização, no trevo de Cunha Porã. Das 10h às 14h o trevo ficou fechado. E os agricultores estiveram lá mais uma vez, pedindo justiça.

Também concordamos e temos muita segurança em falar aqui que quanto à propriedade de 150 famílias de agricultores que estão lá, hoje, nas suas terras, trabalhando e lutando, podemos trabalhar uma perspectiva de resolver os dois lados, uma boa condição de encaminhamento para os indígenas, com casa, com terra, com uma área boa, e deixar os agricultores lá. Quem sabe, no futuro, possamos fazer esse acordo inclusive na Justiça, do processo que está andando.

Então, é isso que estou cobrando aqui: o compromisso assumido pelo governador e pelo secretário de Agricultura.

A segunda questão, sr. presidente, que quero trazer presente é que tivemos ontem uma reunião com dirigentes da Celesc, sindicalistas e o Jair, conselheiro indicado pelos trabalhadores dessa empresa. Eles querem uma audiência com o governador para discutir a situação da Celesc, e estão esperando há meses. Inclusive, nesta semana, teremos uma audiência pública, na Câmara de Vereadores de Maravilha, para discutir esse tema.

É preciso que o governador receba os trabalhadores. Eles querem contribuir, discutir, dar sugestões e opiniões sobre o futuro dessa empresa. Eles é que fazem a Celesc acontecer, sentem lá na ponta, no dia a dia do atendimento à população, o que é preciso. Por isso até estranhamos tanto tempo para recebê-los e resolver essa questão.

Estamos cobrando essa audiência para discutir a questão da Celesc. Inclusive, hoje aqui apresentamos uma indicação para que os trabalhadores possam tratar dos assuntos relacionados a essa importante empresa de Santa Catarina. A audiência pública, dias atrás, mostrou isso claramente que a Celesc deixa a desejar no atendimento à população catarinense.

Era isso, sr. presidente. E o governo precisa receber os trabalhadores, democraticamente, para discutir o futuro da Celesc.

Ressaltei aqui essas duas cobranças: honrar o compromisso assumido com os agricultores, com os indígenas e prefeitos, lá de Saudades e Cunha Porã, por parte do governador e do secretário de Agricultura, e receber os trabalhadores da Celesc, inclusive, porque faz parte do conselho da empresa ajudar a resolver as questões pessoais relacionadas a eles.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - o próximo orador inscrito é o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos. Antes, porém, queremos registrar que o presidente da Fatma, Gean Loureiro, está agora passando por uma cirurgia, pois fraturou as duas pernas e o pulso, num acidente, no final desta manhã, em Itajaí. Mas passa bem, assim como o motorista que fraturou o fêmur.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero agradecer, deputado Kennedy, pelas informações e nos solidarizar com a situação de saúde do presidente da Fatma, Gean Loureiro, que vem realizando um trabalho bastante forte naquela instituição. Temos certeza de que ele irá superar o que houve neste acidente e, logo em seguida, estará de volta à sua missão de administrar um órgão importantíssimo que é a nossa Fundação do Meio Ambiente.

Não podíamos fugir à regra de todos que usaram esta tribuna para nos manifestar também inicialmente a respeito da mobilização da sociedade brasileira que vem ocorrendo, nos últimos dias, que vem de uma forma nova, com outra geração atuando. Vejo isso com muito otimismo, porque significa que a juventude se volta para as questões políticas do país, com bandeiras de reivindicações das mais variadas possíveis. Mas todas dentro da ótica dos jovens.

É preciso que todos nós, que a sociedade brasileira aproveite este momento, todas essas reivindicações, para refletir a respeito da sociedade que queremos para o nosso país. É preciso pensar, a partir deste momento, na fórmula de todas as reivindicações que vêm sendo feitas, de todas as bandeiras que a sociedade brasileira tem citado nos últimos anos e que não estão sendo ouvidas. E aí ouvimos os jovens reclamando do preço da passagem de ônibus, mas não estão reclamando apenas dos 20 centavos, mas sim reclamando das questões de mobilidade urbana, pois não conseguimos evoluir nos últimos anos, nas últimas décadas, e cometemos erros e acertos.

Não é justo, por exemplo, que tenhamos uma campanha de incentivo, que foi muito útil para combater o desemprego e a crise na questão dos impostos para o setor automotivo. Mas neste mesmo momento a classe governante do país também se esqueceu de isentar, de criar um programa de incentivo para a mobilidade urbana, para o transporte coletivo.

Temos impostos pesados no transporte coletivo. Isentamos o automóvel, foi bom para gerar emprego, mas causou ainda mais problema na mobilidade urbana. É esse recado sutil que a juventude está dando a todos nós. Temos que olhar as questões globais. A juventude quer qualidade de vida na educação, qualidade de vida na mobilidade urbana, na sustentabilidade das cidades, no meio ambiente. Você, quando candidato em Joinville, já levantou essa questão da passagem, mas é muito mais do que isso.

Temos que ter política pública para a mobilidade urbana de qualidade, de baixo custo, como existe em outros países. No Brasil todos os ônibus são vendidos com o mesmo preço; o combustível é mais ou menos o mesmo preço, mas as passagens mudam de R\$ 1,80 a R\$ 3,50 no mesmo país em que vivemos.

Então, é preciso olhar com outro enfoque essa manifestação em diversas áreas, pois a população está reivindicando qualidade de vida, e aí entram diversos segmentos, entre eles o da saúde e o da educação. Olha o apelo que vem sendo feito! Foi uma luta da sociedade brasileira por muitos anos, desde a Constituição de 1988, a regulamentação da Emenda Constitucional n. 029, que colocaria mais dinheiro para a saúde.

Dessa guerra eu participei. Participei de mobilizações, de passeatas, em Brasília, quando era prefeito de Sombrio, reivindicando essa emenda, porque é justa, coloca mais dinheiro para a saúde, melhora a remuneração dos profissionais da área da saúde.

Deputada Ana Paula Lima, a senhora é enfermeira, luta muito por essa área e também pela categoria. Portanto, sabe que é preciso melhorar a remuneração também dos hospitais.

A sociedade agora quer um tratamento de qualidade, e para isso precisamos mudar a realidade. Por isso, foi criada a Frente Parlamentar em Santa Catarina, da qual participam diversos deputados estaduais, entidades hospitalares e outras entidades de profissionais ligados à área da saúde, com o objetivo de discutir a questão do financiamento da saúde e a melhoria na qualidade do atendimento. E aí vivemos também como uma bandeiras desses movimentos em nível nacional a questão da melhoria no atendimento da saúde.

Ontem, deputado Kennedy Nunes, estivemos em Brasília entregando cerca de 30 mil assinaturas, coletadas em Santa Catarina, para o Conselho Nacional de Saúde. Já foram entregues de Santa Catarina 70 mil assinaturas em Brasília, em outras oportunidades. Agora, somam-se a essas em torno de 100 mil assinaturas dos movimentos sociais, das Câmaras de Vereadores, da nossa Frente

Parlamentar e também da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Esse movimento que tem como objetivo aprovar uma emenda à Constituição para obrigar o governo federal a colocar 10% do total das suas receitas em saúde e, com isso, melhorar o atendimento. Mas não era preciso fazer tudo isso, não era preciso movimentar a sociedade brasileira, várias instituições, para juntarmos um milhão e meio de assinaturas para fazer aquilo que deveria ser obrigação do governo investir na saúde.

Nós sabemos que as prefeituras do nosso país já investem 15% do seu orçamento em saúde; nós sabemos que a maioria dos governos estaduais já investem 12% do orçamento em saúde. Chegou a hora de o governo federal, que é o principal gestor, em nome da qualidade, em nome da universalidade, que é o que prega o sistema SUS, investir mais recursos em saúde.

Por isso, estou muito otimista. Primeiro, quero agradecer a todos as pessoas, a todos os catarinenses que têm assinado esse abaixo-assinado, a todas as instituições de Santa Catarina e do Brasil que estão incorporando essa campanha, que também é um grande rolo compressor em todo o Brasil. Já chegamos à casa de um milhão e quatrocentas mil assinaturas no Brasil, faltam cerca de cem mil assinaturas para atingirmos a meta de um milhão e meio de assinaturas, para em agosto entrarmos no Congresso Nacional com uma emenda na Constituição mudando a relação da administração federal com a saúde deste país.

Assim, poderemos, sim, construir uma nova fórmula de atendimento com qualidade, com profissionais bem remunerados, com hospitais de primeiro mundo, porque é isso que queremos. Esse é o recado que as ruas estão mandando para todos nós. Queremos que a educação e a saúde também sejam do mesmo padrão dos estádios de futebol que foram construídos e que serão muito bem utilizados, eu tenho certeza, pelo nosso país. Mas nós queremos isso também em outras áreas.

Também aqui, nos governos municipais, no governo estadual, precisamos melhorar qualitativamente os serviços públicos. E aí, sim, não precisaremos ver mais as pessoas nas ruas protestando nas pontes, em frente às Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas prefeituras, nos governos estaduais. Basta aplicarmos com mais qualidade o dinheiro público.

Essa é a mensagem que tenho entendido das manifestações que estão na rua, que merecem apoio, aplauso da sociedade. Agora, acima de tudo, todos nós, não só a classe política, mas toda a sociedade brasileira, todas as lideranças, sejam elas profissionais liberais, sejam elas comunitárias, políticas ou não, religiosas ou não, tem que refletir sobre este momento, sobre o recado que as ruas estão mandando a todos nós.

Por isso, quero aqui mais uma vez agradecer a participação de todas as pessoas que nos têm ajudado no movimento Saúde+10. E também aqui quero hipotecar a nossa solidariedade, o nosso apoio a esse movimento popular que toma conta de todo o país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 020ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

#### HOMENAGEM AOS MÉDICOS JAIME BERTELLI E MARCOS GHIZONI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Valmir Comin e José Nei Ascari para recepcionar as autoridades que comporão a mesa principal.

Excelentíssimo sr. secretário Executivo de Estado de Assuntos Estratégicos, Geraldo César Althoff, neste ato representando o sr. governador Raimundo Colombo;

Ilustre homenageado desta noite, doutor Marcos Flavio Ghizoni;

Também homenageado desta noite, doutor Jayme Augusto Bertelli;

Excelentíssimo sr. quarto secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, deputado Jailson Lima;

Magnífico reitor da Universidade do Sul de Santa Catarina, professor Sebastião Salésio Herdt;

Excelentíssimo sr. vice-presidente da Associação Médica Brasileira, neste ato representando a coordenação do curso de Medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina - Campus Pedra Branca, doutor Murilo Capella.

Excelentíssimas autoridades, familiares, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem aos médicos, doutores Marcos Flávio Ghizoni e Jayme Augusto Bertelli, foi convocada por solicitação deste presidente e pela Mesa Diretora, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional, pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Em nome da sra. Maria José Salomon Ghizoni, quero saudar a esposa e todos os familiares do dr. Marcos Ghizoni; em nome da sra. Renata Taranto Bertelli, esposa do dr. Jayme Augusto Bertelli, também quero cumprimentar todos os familiares. Gostaria de saudar o presidente da Academia de Medicina do estado de Santa Catarina, dr. Rodrigo D'Eça Neves, o sr. vice-presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, ex-reitor da nossa Unisul, sr. Gerson Luiz Joner da Silveira, o vice-presidente da Associação Empresarial de Tubarão, sr. Murilo Bortoluzzi, neste ato representado o presidente, sr. Eduardo Nunes.

Quero saudar também a Irmã Alfreda Krotz, neste ato representando a Casa Divina Providência de Florianópolis, o sr. vereador do município de Tubarão, Lucas Esmeraldino, neste ato representando o excelentíssimo presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, o sr. Evandro Almeida, o reverendíssimo vigário paroquial da catedral Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, padre Raimundo Ghizoni, o dr. Antônio César de Melo Mussi, neste ato representando a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, a sra. diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão, irmã Jacira Maria dos Santos, o dr. Odi José Oleiniski, neste ato, representado o presidente do Conselho Regional de Medicina, o dr. Vicente Pacheco de Oliveira.

Cumprimento as demais autoridades que eventualmente não tenham registrado a sua presença neste evento.

A seguir teremos a apresentação de um vídeo que relata o brilhante trabalho dos homenageados desta noite.

Esta Presidência registra com muita alegria a presença do ex-prefeito da nossa cidade Azul e presidente da Codesc, nosso ex-deputado Miguel Ximenes.

Convido o médico membro da Mesa Diretora, deputado Jailson Lima, para fazer uso da palavra, em nome dos srs. deputados com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O meu boa-noite a todos.

Quero aqui cumprimentar o querido companheiro deputado Joares Ponticelli, presidente desta Casa, a quem faço questão de enaltecer pela sapiência da escolha dos homenageados.

Cumprimento o secretário executivo do estado de Assuntos Estratégicos, nosso querido dr. Geraldo Althoff, eterno senador catarinense, que representa o Poder Executivo do estado, o dr. Marcos Flávio Ghizoni, o dr. Jaime Augusto Bertelli, os homenageados. E ao cumprimentá-los cumprimento as famílias, porque a partir da data de hoje esses dois personagens do estado catarinense passam a estar registrados na história do estado de Santa Catarina, neste Legislativo. E isso está aqui eternizado como o reconhecimento do estado catarinense pela sobriedade, pela grandeza do trabalho prestado.

Cumprimento o nosso querido reitor da universidade, dr. Sebastião, o vice-presidente da Associação Médica Brasileira, neste ato representando a coordenação do curso de Medicina, dr. Murilo, de quem tive o privilégio e o prazer de ser aluno. Também quero cumprimentar o dr. Rodrigo e com muita satisfação cumprimentar o dr. Damerl, um personagem da Medicina catarinense, que está aqui, nesta sessão especial.

Nesta semana está fazendo cinco anos da criação da Lei Seca, que em determinados momentos muito se criticou, mas que tem ao mesmo tempo reduzido a morte de muitos brasileiros, evitado muitas cirurgias e muito atendimento hospitalar.

A média da faixa etária das vítimas pela ingestão de bebidas alcoólicas está entre 15 e 39 anos, sendo que para cada dez vítimas sete são do sexo masculino.

O álcool é um forte depressor do sistema nervoso central e por isso os principais efeitos são os reflexos prejudicados. As pessoas reagem de forma lenta, perdem a noção da distância, a coordenação motora; a visão fica distorcida e acontece a falta de concentração. Mas a Lei Seca reduziu em 20% os acidentes nas estradas brasileiras.

Este é um fato importante, porque temos muito a evoluir ainda.

Já havia visto a sua entrevista na Rede Bandeirante, pois nos últimos três anos tenho me relacionado mais com a Unisul, assim

como em determinados momentos o nosso querido professor me procurou aqui para ajudarmos a resolver algumas questões da Unisul em relação ao curso de medicina. E sabemos da qualidade do curso, da importância dos seus profissionais, porque quando fiz o meu curso de medicina procurávamos sempre a Universidade Federal, na época achávamos que esse era o eixo do conhecimento. E o Nelson Rodrigues, grande escritor brasileiro, costumava dizer o brasileiro tinha que perder o complexo de vira lata. E a Unisul mostrou que é possível, no interior do país, numa cidade onde se criou um curso de Medicina, fazer ciência e inovação, permitindo que futuros doutores tenham acesso a uma tecnologia, além de inovadora, genuinamente catarinense.

Vocês permitiram fazer sonhar na medicina, porque muitas vezes não precisamos de grandes aparatos tecnológicos para salvar vidas, mas, sim, de razão, sensibilidade, determinação, disciplina, assim como expressaram no vídeo seus familiares e companheiros de trabalhos nos hospitalares.

Por isso, não apenas enquanto médico, mas em nome dos quarenta deputados que aqui represento, quero agradecer-lhes por permitir que o estado catarinense seja reconhecido internacionalmente pelo procedimento que desenvolveram e, principalmente, por permitir voltar a alegria de uma série de pacientes que até então não imaginavam que poderiam movimentar seus membros. Às vezes um simples movimento pode ser a garantia da felicidade de um paciente pelo resto de sua vida.

Então, parabéns a vocês! Parabéns ao deputado Joares Ponticelli, nosso presidente, pela homenagem feita e, principalmente, cabe ao povo de Santa Catarina apenas ovacioná-los neste momento. Meus Parabéns!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o magnífico reitor da nossa Unisul, professor Sebastião Salésio Herdt.

O SR. SEBASTIÃO SALÉSIO HERDT - Excelentíssimo deputado Joares Ponticelli, mui digno presidente da Assembleia Legislativa; srs. deputados aqui presentes que prestigiam esta justa homenagem; meus caros professores drs. Jayme Augusto Bertelli e Marcos Flávio Ghizoni; prezados familiares; amigos; colegas da Unisul; amigos da cidade de Tubarão; amigos da cidade de Florianópolis; prezados colegas dos homenageados; senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Neste momento, em nome da Unisul, queremos expressar a nossa alegria e o nosso sentimento de honra e gratidão por participar desta merecida homenagem aos professores Jayme Augusto Bertelli e Marcos Flávio Ghizoni.

Os médicos Jayme Augusto Bertelli e Marcos Flávio Ghizoni, ambos com atuação de excelência em neurocirurgia e neurociência,

têm sido a pedra angular no exercício da Medicina como um caminho que redimensiona existências. Isso se manifesta, principalmente, por um trabalho mundialmente conhecido em que se aplicam técnicas cirúrgicas que restabelecem movimentos no membro superior em pacientes vítimas de acidentes. É o ser médico como arauto da esperança, quando tudo parece estar perdido.

A Unisul tem a honra de tê-los como professores no quadro docente do curso de Medicina. Ao médico que domina a ciência, mas, sobretudo, que se alia a figura do professor como testemunho de paciência, abnegação e compaixão (caminhar junto, colocar-se no lugar do outro). Esta é a lição maior que estes dois professores deixam aos seus alunos de Medicina e a todos nós.

É com orgulho que me permito acrescentar que, além do médico e do professor, Marcos Flávio Ghizoni e Jayme Augusto Bertelli destacam-se na pesquisa de ponta. Se ao médico e ao docente a compaixão e a renúncia são atitudes inerentes, estas duas atitudes definem, de modo significativo, o pesquisador. Atuação e atitudes que, pelas aprendizagens e resultados que proporcionam, tornam a pesquisa relevante, pertinente e significativa. Muitas vezes é na solidão engenhosa da pesquisa que a compaixão e a renúncia caminham juntas para a manutenção da vida.

Quero destacar aqui, sobretudo no seio da universidade, essa atitude que definimos de compaixão, porque é a atitude da competência de alguém que propõe buscar soluções que vão além da rotina, mas que requer a atitude de compaixão de alguém que se coloca comprometido na busca de uma solução.

Uma universidade que se propõe a incentivar a pesquisa tem nesses dois mestres um testemunho eloquente, capaz de propiciar ao próprio curso qualidade de que os nossos alunos tanto fazem referência.

Finalizando, em nome da Unisul, queremos agradecer à Assembleia Legislativa de Santa Catarina a justa homenagem hoje prestada aos professores Jayme Augusto Bertelli e Marcos Flávio Ghizoni, com os quais nos congratulamos.

Sabemos que a dedicação intensa desses dois médicos pôde acontecer porque tiveram como sustentáculo a compreensão dos seus familiares: da esposa e dos filhos. A família, sem dúvida, se faz presente nos momentos de renúncia e solidão exigidos pela profissão-missão de Marcos Flávio Ghizoni e Jayme Augusto Bertelli. Aos familiares os nossos cumprimentos e a nossa gratidão.

Por fim, a Unisul e o povo catarinense querem agradecer a Deus a graça de podermos contar com a sabedoria desses dois profissionais. Que Deus os acompanhe e ilumine para que se cumpra a sapiência da convicção de ambos: para ser médico não basta adquirir conhecimento e ter domínio da técnica. É preciso, antes, ter compaixão. Característica reconhecida nos dois homenageados.

Parabéns, dr. Jaime Augusto Bertelli; parabéns, mestre Marcos Flávio Ghizoni."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com muita alegria esta Presidência chama para compor a mesa o excelentíssimo senhor prefeito do município de Criciúma, Márcio Búrgio.

(Palmas)

Convido a mestre-de-cerimônias, Nicole Madeira, para proceder à nominata dos homenageados nesta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicole Madeira) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos médicos, doutor Marcos Flávio Ghizoni, pioneiro da cirurgia de reversão da lesão do Plexo Braquial em Santa Catarina, através do Sistema Único de Saúde, e o doutor Jayme Augusto Bertelli, pela dedicação ao exercício da Medicina com humanismo, responsabilidade e ética profissional, para o bem-estar do povo catarinense.

Convido o senhor deputado Joares Ponticelli, presidente deste Poder, para fazer a entrega da homenagem ao doutor Marcos Flávio Ghizoni.

Juntamente com o presidente convido todos os deputados presentes para a entrega da homenagem.

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem das mãos do sr. presidente o doutor Jayme Augusto Bertelli.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Frantina para fazer a entrega de flores ao dr. Marcos Flávio Guizoni, em nome do Hospital Nossa Senhora da Conceição.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

Convido a sra. Maria Aparecida para fazer a entrega de flores ao dr. Jayme Augusto Bertelli, em nome do Hospital Nossa Senhora da Conceição.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

A seguir o doutor Marcos Flávio Guizoni e o doutor Jayme Augusto Bertelli prestam homenagem ao presidente deste Parlamento, deputado Joares Ponticelli.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento o Coral da Assembleia Legislativa brindará a todos com a música Deuses de um Deus Maior, de José Acácio Santana.

(Procede-se à interpretação de peça musical.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra um dos homenageados desta noite, dr. Jayme Augusto Bertelli.

O DR. JAYME AUGUSTO BERTELLI - Inicialmente gostaria de agradecer a todos os meus familiares, aos meus amigos, aos meus colegas médicos, aos meus professores, por terem tirado um tempo do conforto de seus lares e estarem aqui prestigiando a mim e ao médico Marcos Ghizoni. Muito obrigado.

Eu nasci em Florianópolis, sou filho de João Haroldo Bertelli e Marlene Bertelli. Estudei na Universidade Federal de Santa Catarina, com muito orgulho. Fiz a primeira parte da minha especialização em Buenos Aires, na Argentina, no ano de 1988 e 1989. Em seguida fui estudar em Paris, durante cinco anos, onde aprimorei meu conhecimento e fiz o meu doutorado em Neurociência, na Universidade René Descartes.

Desde 1994, trabalho no Hospital Infantil Joana de Gusmão e, em 1996, no Hospital Celso Ramos. Houve muito progresso nesse período, quase 20 anos, naquela época era mais ou menos quatro a cinco gatos pingados, e agora há uma equipe no hospital, na Ortopedia, reconhecida no Brasil inteiro.

Em 1995, comecei a trabalhar no Hospital Nossa Senhora da Conceição, com o dr. Marcos Ghizoni. Esse período foi muito importante para mim, porque aprendi muita coisa na vida, com o dr. Marcos, no que

tratasse sobre cirurgia, tratamento com paciente e sobretudo a ter equilíbrio na vida.

Nesse período em que estivemos juntos, publicamos 51 artigos científicos nos Estados Unidos e na Europa.

Para um médico publicar um artigo científico não é algo fácil, porque são revistas extremamente especializadas. Assim, depois de anos de pesquisa experimental ou clínica, enviamos o artigo. Esse material passa por um corpo editorial que entende perfeitamente do assunto. Então, o julgamento do trabalho é feito veladamente. Normalmente uma revista importante aceita 5% dos trabalhos que chegam. Então essa é a dificuldade de publicar um artigo internacional. E esse também é um fato importante porque as universidades e as instituições de ensino e pesquisa valorizam essa publicação, que é como se fosse uma nota dada por alguém que não está fazendo parte daquele comitê.

Pude realizar essas pesquisas, e pudemos publicar esses artigos, porque a Unisul nos deu um aporte enorme e produziu um laboratório que é para o estudo de Neurologia Experimental em animais. Ao mesmo tempo, a Universidade Federal de Santa Catarina nos ajudou bastante no laboratório de Anatomia, no laboratório de Farmacologia, e graças a essa ajuda solidária pudemos publicar esses artigos, em conjunto com o dr. Marcos Flávio Ghizoni.

Falei que tivemos 51 artigos, ou seja, matéria escrita, mas temos também matéria falada.

Então, nesses anos viajamos muito e demos conferência no mundo inteiro.

(Procede-se à projeção de slides.)

Na imagem do canto superior esquerdo trata-se de quando estive na Mayo Clinic, que é o hospital mais importante dos Estados Unidos, onde fui agraciado com o título de Professor em Cirurgia Neurológica daquele hospital.

No canto superior direito, foi uma aventura que tivemos na União Soviética, na Sibéria, onde fomos dar aula sobre a reconstrução do plexo braquial, e eles nos brindaram com uma capa, numa revista russa.

Embaixo, à direita, estou em Xangai recebendo uma homenagem do secretário de Saúde da cidade de Xangai, cidade esta que tem o dobro do tamanho de São Paulo, são 21 milhões, quase 22 milhões de habitantes. Então, provavelmente tem o dobro ou o triplo de acidente de plexo braquial, uma lesão endêmica, e daí o convite para eu dar palestra em Xangai.

Por último, à esquerda, numa foto meio avermelhada, estou com um escultor muito famoso no México, na cidade de Guadalajara. O nome dele é Miguel Santini, e ele depois de uma cirurgia realizada em paciente nos ofertou uma escultura da medula espinhal, da parte do corpo onde saem os nervos que formam o plexo braquial.

Esse escultor, no México, construiu o que se chama lá de Cristo Mutilado, uma estátua de 25 metros de altura, que estaria para o México como o nosso Cristo Redentor no Rio de Janeiro.

Essa imagem mostra que, quando não vamos até esse povaréu todo que está distante, eles vêm até nós. Então, nesses anos recebemos inúmeros visitantes, muitos americanos, franceses, russos e, inclusive, pessoas da África.

Não podemos deixar de lembrar que a cirurgia é algo muito delicado, é algo que precisamos prestar muito atenção, e agradeço aqui em meu nome ao dr. Marcos Flávio Ghizoni, ao pessoal que nos acompanha nas cirurgias, às nossas instrumentadoras que já estão conosco há mais de dez anos, 15 anos.

Gostaria de elucidar um pouco a nossa área de atuação. Trabalhamos no que chamamos de nervos periféricos, plexo braquial

e medula espinhal. Traduzindo em linguagem popular, somos os eletricitistas do corpo humano, e tem muito fio no corpo humano.

Nessa imagem podemos dizer que é algo complexo e que lembra a palavra plexo. Então somos os engenheiros do plexo braquial, que é uma estrutura que está localizada no pescoço e que é responsável por todo movimento do membro superior.

Como já foi colocado aqui, pensamos, e através da fiação elétrica executamos um movimento. Ele vai passar primeiro por uma central, o cérebro, que fica localizada no pescoço, que é a medula espinhal, e depois ele chega até os músculos efetores que vão dar os movimentos da mão ou do braço.

Nós vivemos no Brasil, um país com clima quente, um país propício para andar de moto, um país onde a mobilidade urbana não está resolvida. Então, é natural que a maioria, que um grande número de pessoa utilize a moto para se locomover, e sabemos que a disputa pelo espaço nessas rodovias é extrema, inclusive na faixa pontilhada tem briga, aquela que eles dizem ser a faixa da motocicleta.

Trouxe um dado técnico para vocês, sobre o número de motos vendidas no Brasil. Apesar de toda a crise já antes do ano de 2010, 2011 e 2013, são quase dois milhões de novas motocicletas vendidas no Brasil anualmente, somadas às antigas.

Esse é o tipo do mecanismo da lesão do plexo braquial, o motoqueiro bate, choca-se com o veículo e distende a região do pescoço, o que causa paralisia.

Um dado para ver a importância do nosso trabalho em nível de Brasil: esse é um gráfico mostrando a quantidade de cirurgias, realizadas pelo SUS, de uma patologia muito frequente na mão, que é um nervo trancado no punho. Chama-se síndrome do túnel do carpo. As duas últimas barras é que são importantes. Vocês vejam que nessa patologia do nervo trancado no punho a região sudeste ultrapassa a nossa região sul.

Vocês vejam o gráfico agora da coluna da região sul. Esses são dados oficiais do ministério da Saúde. Santa Catarina, então, sozinha, dados do ano de 2006, operou mais plexos braquiais do que todo o Brasil junto. Isso tudo é cirurgia pelo SUS, e 88% dessas cirurgias foram realizadas no Hospital Nossa Senhora da Conceição, no Hospital Governador Celso Ramos e no Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Vou mudar, então, para outro tema que foi motivo dessas homenagens, que seria até tetraplegia. Essa é uma fatalidade a que todos estão sujeitos, ou seja, um acidente grave, que pode estar relacionado até a um mergulho de água rasa. É aquilo que a gente diz vulgarmente que quebrou o pescoço. No Brasil ainda a maior causa são os acidentes automobilísticos. Depois dessa lesão, então, a pessoa perde os movimentos do pescoço para baixo, só tem movimentos no nível do ombro.

Em 2010, fizemos o primeiro avanço. Para essa população publicamos numa revista americana a primeira cirurgia neurológica para esses pacientes abrir os dedos. Isso ganhou notoriedade mundial. Há um serviço na Europa que coordena as reconstruções desse tipo de paciente. Ele está sediado na Suécia. Ele publicou essa chamada na internet, colocando que a partir desse ponto se marcou algo na reconstrução desses pacientes. Então, eles chamaram um ponto histórico da reconstrução da mão tetraplégica. Passou um tempinho, três anos depois, conseguimos, além de abrir o dedo, também fazer a flexão dos dedos. E agora, há duas semanas, houve um congresso nessa área, em Hong Kong, com a reconstrução da mão dos pacientes que não têm movimento do ombro para baixo. Evidentemente, o trabalho

mais citado foi aquele sobre a reconstrução da parte neurológica. Nós não estávamos presentes nesse congresso. Mas apesar de não estarmos presente, houve uma unanimidade de que o próximo congresso deveria ser no Brasil e eu e o dr. Marcos sermos o presidente e o coordenador científico do congresso, pelo volume de acontecimentos e informações naquela área que tínhamos acumulado.

O problema é que eles querem, em Recife, aproveitar essa oportunidade para criar um centro específico para a reconstrução do lesado medular. Eles deram um passo um pouco à frente, porque eles já têm o apoio político.

Se temos aqui a tecnologia, o material humano, a capacidade, por que não criarmos um centro desse tipo, com padrão europeu, em Santa Catarina, já que temos condições de realizar isso aqui?

Então, é uma chamada para vermos se conseguimos ajuda dos deputados, dos empresários. Acho que esse é um ponto importante, pois toda sociedade sairá ganhando.

“As pessoas precisam de sonho para viver, mas não podem viver apenas sonhando.” Essa é uma crítica que escutamos frequentemente na mídia.

Células tronco - evidentemente que isso terá um processo e um aproveitamento no futuro. Mas o primeiro trabalho foi feito já em 1983, e não temos nada ainda aplicado no ser humano.

Na Copa - existe a divulgação - irão fazer o primeiro paraplégico caminhar, graças ao exoesqueleto. Tudo isso são notícias importantes.

Eu acho que é a parte dos sonhos dessas pessoas que têm essa lesão medular, para conseguir algo na vida. Mas o mais importante é fazer algo por elas agora.

Nós temos a tecnologia, podemos ajudar, e isso tem que ser difundido para todo o povo catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra o doutor Marcos Flávio Ghizoni.

O DR. MARCOS FÁVIO GHIZONI - Neste momento a nossa mente viaja rápido e passa-nos, como cenas de um filme, toda aquela trajetória que tivemos que passar até aqui. E lembramos com carinho e gratidão de todos aqueles que participaram disso, que nos ensinaram a resolver os problemas que se apresentam no dia a dia.

Eu tomo a liberdade de citar, em nome de todos, uma gratidão especial ao doutor Ernesto. E quero manter essa gratidão, assim como todos aqueles que foram alunos dele têm para com ele.

Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, demais integrantes desta Assembleia, autoridades presentes, senhores, colegas, durante o longo trajeto em busca da formação médica, tive muitos mestres dos quais nunca esquecerei e aos quais rendo as minhas homenagens. E quero dividir este momento com todos eles.

Na época de estudante, trabalhava como psiquiatra no Hospital Colônia de Santana, onde conheci um jovem a quem os médicos chamavam de deficiente intelectual. Aquele paciente tinha uma habilidade incrível em realizar mentalmente operações matemáticas. O que me motivou, definitivamente, a buscar explicações de como funciona esse órgão, uma verdadeira maravilha da natureza, o cérebro. Mais tarde, a neurociência

explicava esse transtorno, chamando-o de síndrome de Savant. Eis que encontrava a minha vocação.

Ao voltar para o Brasil, por influências de várias pessoas que não ousou citar para não cometer injustiças, integrei o corpo clínico do Hospital Nossa Senhora da Conceição. E após muitas idas e vindas, tropeços, ansiedade, angústia, aqueles obstáculos que me pareciam intronponíveis foram vencidos, sempre com o apoio das irmãs da Divina Providência.

Atualmente, posso afirmar com segurança que o Nossa Senhora da Conceição é um hospital de excelência no nosso estado.

Irmã Jacira, diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, corpo clínico, corpo de enfermagem, funcionários, não quero apenas agradecer, mas, sim, dividir este momento e a honrosa homenagem com toda a família Conceição.

Meus agradecimentos à reitoria da Unisul pelo apoio e incentivo. Vários trabalhos publicados e aplicações transferidas diretas para a clínica foram desenvolvidas no laboratório de pesquisa da Unisul. A minha gratidão e o meu carinho à Maria José, minha esposa, ao Marquito, ao Alexandre, à Janaína, meus filhos, e à Raísa, ao Jeferson e à Giovana.

Muito obrigado!

Vocês, meus irmãos, com que dividi uma infância feliz de uma pequena cidade da região serrana, também contribuíram para esse movimento. Sônia, Geraldo, Maria Isabel, Estevão, sintam-se homenageados. E você, César, que tanto me ajudou na minha preparação para o vestibular, o meu eterno obrigado.

Para finalizar, agradeço ao Criador pela vida, pela luz que me tem dado para ajudar aqueles que me procuram para preservá-la e, também, por ter me colocado no caminho a pessoa do amigo Jayme Augusto Bertelli.

Obrigado a todos. E com carinho finalizo agradecendo a Deus pela vida.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra ainda com muita alegria a presença do ex-prefeito da cidade de Tubarão, colega de Medicina e amigo pessoal do dr. Marcos, nosso querido Irmoto José Feuerschuetter.

Antes de proferir algumas palavras em nome da Mesa Diretora, permito-me quebrar o protocolo para transmitir uma mensagem que o nosso querido Márcio Ribeiro, grande colaborador do Hospital Nossa Senhora da Conceição, enviou, dr. Marcos. Ele ligou na noite de ontem, pedindo que eu fizesse a leitura. Ele gostaria muito de estar aqui, mas em função de um pequeno problema de saúde não pôde comparecer e pediu que eu transmitisse a seguinte mensagem.

(Passa a ler.)

“Nesta quarta-feira não poderei estar presente na Assembleia Legislativa, para a sessão especial em homenagem aos médicos Jayme Augusto Bertelli e Marcos Ghizoni, por motivos de saúde. Mas gostaria que o amigo transmitisse algumas palavras ao homenageado Marcos Ghizoni.

É um enorme prazer falar sobre Marcos Ghizoni, um profissional extremamente dedicado e reconhecido mundialmente. Fico feliz por ser seu amigo e de sua família. Lembro-me de quando chegou a Tubarão para construir a sua carreira, com a dificuldade normal de um recém-formado. Com o passar do tempo, foi galgando o aperfeiçoamento na sua área de atuação. Porém, as dificuldades encontradas na falta de equipamentos hospitalares para continuar exercendo o seu trabalho em Tubarão, chegaram a despertar a vontade de sair da cidade.

Foi então que em uma conversa com a Irmã Enedina Sacheti, na época diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, conseguimos adquirir o equipamento que o nosso hospital necessitava. Assim que ele foi instalado a Irmã me chamou para ver o dr. Marcos montando o aparelho. A cena foi emocionante, parecia uma criança quando ganha um videogame.

Ainda hoje o investimento em equipamentos de ponta, por parte do governo e da sociedade, faz-se necessário para que os nossos médicos continuem executando o seu trabalho com excelência.

Marcos Ghizoni é mestre na sua área de atuação.

Parabéns à Assembleia Legislativa por conceder esta bela homenagem a Marcos Ghizoni, a Jaime Augusto Bertelli e aos seus familiares.

Um abraço,  
(a) Márcio Ribeiro.”

O que vimos aqui na noite de hoje, através da retransmissão desta sessão na grade de programação da nossa TV-Assembleia, será permitido que muitos outros milhares de catarinenses possam conhecer essa bela trajetória de dois profissionais que orgulham não só a classe médica catarinense, mas que demonstram acima de tudo o amor, a paixão e o comprometimento de dois profissionais que se atuassem pensando apenas no retorno financeiro, com toda certeza, com os convites que tiveram, não estariam atuando mais nas cidades que escolheram para viver.

Por isso há que se destacar e reconhecer nesse momento essa demonstração de amor acima da profissão, demonstrada pelos dois profissionais.

Esta Casa tem obrigação de fazer esse reconhecimento.

Dr. Marcos Ghizoni, nasceu lá na pequena cidade de Urubici, que de agora em diante já não será

mais tão pequena assim, deputado José Nei Ascari, afinal de contas ele vai ter mais facilidade brevemente para poder visitar os seus familiares, porque finalmente o velho sonho da pavimentação da serra do Corvo Branco tomou-se realidade, a partir da última segunda-feira, quando o governador Raimundo Colombo lá esteve entregando a ordem de serviço, com as máquinas na pista, para realizar aquele sonho mais do que cinquentenário.

As ofertas para que o dr. Marcos Ghizoni deixasse a nossa cidade de Tubarão e a nossa região não foram poucas, assim como muitas ocorreram também com o dr. Bertelli.

Por isso, esta Casa não cumpre mais do que o seu papel, por ser, meu querido Ghizoni, o status da sociedade, a representação verdadeira do povo. E em nome desse povo sofrido, como assistimos aos depoimentos aqui - e muitos não teriam condições de restabelecer a sua saúde, voltar à plenitude da vida, não fosse a atuação de dois grandes profissionais -, queremos prestar essa singela homenagem, mas temos certeza de que, assim como foi aprovada pelos 40 parlamentares, os senhores têm o reconhecimento de toda a sociedade catarinense, especialmente daqueles que mais carecem de assistência na hora da necessidade.

Quero aqui, em nome dos 40 parlamentares, com o trabalho efetivo e na liderança do deputado José Nei Ascari e Valmir Comin, aqui presentes, da parceria com o médico e secretário Geraldo Althoff, com quem já conversei agora há pouco, e com o envolvimento de todos, abraçar o dr. Bertelli e o dr. Ghizoni, por essa causa, para que o pleito aqui apresentado possa se concretizar.

Nós conhecemos a sensibilidade do governador Raimundo Colombo e vamos a partir de agora atuar conjuntamente, como temos feito, suprapartidariamente, envolvendo todos os integrantes desta Casa, para que mais esse sonho

possam se tornar realidade, para o bem dos catarinenses.

Contem com o nosso comprometimento político, da Assembleia Legislativa, para que possamos gestionar e realizar esse grande empreendimento a favor da saúde dos catarinenses e dos brasileiros que os senhores também têm atendido.

Como vemos, não precisamos de importação de médicos no Brasil. O que precisamos é dar condições aos nossos tantos e excelentes profissionais para que permaneçam nas suas regiões, nas suas cidades. Basta darmos condições, levar os meios, e aí vamos precisar muito menos e sem revalida. Importar até podemos, desde que haja condições para isso, passando no mínimo pelo revalida, e essa é uma posição muito clara também que esta Casa tem adotado.

Por fim, agradeço em nome das quatro deputadas e dos 36 deputados parlamentares que compõem esta Casa, a presença de tantos tubaronenses, catarinenses, dos familiares, amigos, colegas, servidores desta Casa e ao nosso coral, por mais uma bela atuação, enfim, agradeço a todos que aqui compareceram para prestarmos esta justa homenagem.

Neste momento convido a todos para ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência, ao agradecer a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convida-os para o coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 007, de 10 de julho de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso VI, e parágrafo 5º do artigo 65 do Regimento Interno da ALESC,

#### RESOLVE:

**Art. 1º DESIGNAR** o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-62, para coordenar os trabalhos do Planejamento Estratégico- PLABI-2013/2014.

**Art. 2º** Tornar sem efeito o Ato da Presidência nº 002, de 5 de agosto de 2010.

**Art. 3º** Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 020-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Darci de Matos, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de julho do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de julho de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 021-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 013-DL, de 5 de abril de 2013.

ALTERA a denominação de “Frente Parlamentar de Apoio ao Setor Têxtil” para “Frente Parlamentar de Apoio ao Setor Têxtil e Calçadista”.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de julho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 027-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marcial Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Darci de Matos, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de julho de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado **Manoel Mota** - Secretário

Deputado **Jailson Lima** - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 028-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização à Senhora Deputada **Angela Albino** para ausentar-se do País, no período de 10 a 15 de julho do corrente ano, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de julho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado **Manoel Mota** - Secretário

Deputado **Jailson Lima** - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AVISO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE a) DIVISÓRIAS EUCAPLAC-CELULAR; PERFIS DE ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL; GUIA TRAVESSA, PORTA, BATEANTE, BAGUETE, REQUADRO, FECHADURA, DOBRADIÇAS E TARUGO. b) PISO LAMINADO E ACABAMENTO DE MADEIRA; RODAPÉS E FITAS DE ACABAMENTO.**

**DATA:** 25/07/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de julho de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 10 de julho de 2013.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 906

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 541/2009, que "Obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme as seguintes razões:

"Padece o autógrafo de vício de inconstitucionalidade por violação ao art. 30, inc. I e V, da Constituição Federal, eis que a competência legislativa para cuidar de assuntos de interesse local como a execução de serviço público de fornecimento de água é dos Municípios. Constatada também a violação ao art. 61, § 1º, inc. II, alíneas 'a' e 'e', da CF (interferência no funcionamento da Administração Pública, iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo); art. 63, *caput* e inc. I, da CF (aumento de despesa pública); art. 167, inc. II, da CF (desrespeito ao princípio orçamentário); art. 2º da CF (separação dos Poderes)."

Ouvida, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme a seguinte razão:

"Considerando que a iniciativa depende de apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar federal nº 101/2000, bem como a demonstração de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, considerando que não há notícias de que tais exigências legais foram observadas, nosso entendimento é que o autógrafo apresenta aspectos de contrariedade ao interesse público. À vista de todo o exposto, recomendamos que seja sugerido o veto ao autógrafo do projeto de lei nº 541/2009".

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PARECER: PAR 0148/13-PGE  
PROCESSO: SCC 3408/2013**

**ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL EMENTA: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 541/2009, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE "OBRIGA A REDUÇÃO DA VAZÃO DE ÁGUA EM TORNEIRAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E COMERCIAIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO. CRIAÇÃO DE NOVAS ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O PODER EXECUTIVO. INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE. RECOMENDAÇÃO DE VETO AO PROJETO DE LEI.**

Senhor Procurador Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Casa Civil solicita à Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação, a respeito da matéria tratada no autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "*Obriga a redução de vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências.*"

O Projeto de Lei tem a seguinte redação:

**"Art. 1º Ficam os prédios públicos e os comerciais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, obrigados a reduzir a vazão de água de suas torneiras, instalando dispositivos arejadores, temporizadores ou ainda outras soluções, sempre visando à contenção do desperdício.**

**Parágrafo único. Os prédios de que trata o caput deste artigo terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem à presente Lei a contar da data de sua publicação.**

**Art. 2º O Poder Público regulamentará a presente Lei através de seus órgãos competentes.**

**Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria ou suplementada, se necessário.**

**Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar parcerias e convênios com os municípios, visando ampliar a consecução de instalação de dispositivos hidráulicos destinados ao controle e redução do consumo de água na forma da presente Lei.**

**Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."**

A proposição parlamentar, em análise, exige dos prédios públicos comerciais, localizados no Estado de Santa Catarina, a obrigação de reduzir a vazão de água de suas torneiras, com a instalação de dispositivos próprios para esta finalidade.

De plano, apenas a título de orientação, cumpre ressaltar lacuna no texto redigido, quanto aos destinatários das obrigações criadas na lei. Ou seja, não se pode exigir dos "prédios públicos e comerciais" a instalação de dispositivos para a redução do consumo de água. Prédios públicos e comerciais não respondem por obrigações. Melhor seria exigir dos proprietários dos prédios públicos e comerciais, estes, sim, em geral, têm personalidade jurídica para responder ao prescrito na lei.

Quanto à constitucionalidade cumpre dizer que, ao cuidar de regular o serviço público de fornecimento de água, o Autógrafo está adentrando na competência legislativa exclusiva do Município, estampada no art. 30, inc. I e V, da Constituição Federal. Disso decorre, também, ofensa ao Princípio Federativo, na forma dos arts. 1º, 18 e 60, §4º, I, da Carta Federal.

Importante trazer à colação o ensinamento de Hely Lopes Meirelles acerca da competência legislativa dos municípios para tratar de assuntos de interesse local, assim como da execução de serviço de fornecimento de água, como serviço público:

**"As obras e serviços para fornecimento de água potável e eliminação de detritos sanitários domiciliares, incluindo a captação, condução, tratamento e despejo adequado, são atribuições precipuas do Município, como medidas de interesse da saúde pública em geral e dos usuários em particular. O abastecimento de água potável e industrial é serviço público a toda cidade ou núcleo urbano e, com tal, incumbe ao Município prestá-lo nas melhores condições técnicas e econômicas para os usuários."**

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça também é unânime no sentido da competência exclusiva legislativa dos municípios na questão do serviço de fornecimento de água:

**"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Acreana n. 1618/2004. Regras que proíbem o corte Residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas**

**concessionárias por falta de pagamento. Competência da União para legislar sobre serviço de energia. Competência do Município para legislar sobre serviço de fornecimento de água. Afronta aos arts. 22, In. XIS, alínea B, 30, In. I e V e 175 da Constituição da República." (ADI 3661/AC, Min. Carmen Lúcia, j. 17/03/2011);**

**"(...) 1. Me ofende o art. 15, inc. II, alínea b da Emenda n. 1/1969 a Lei n. 1.741/1984 e o Decreto n. 111/1984 do Município de Maringá-PR, editados no exercício da competência municipal para dispor sobre a organização dos serviços públicos locais, dentre os quais se incluem o serviço de água e esgoto.." (RE 117809/PR, Pleno, unân., DJ 180, pub 20.09.2011).**

**(...) 3. Compete ao Município, diante da realidade existente nos seus limites territoriais e tendo em vista sua capacidade operacional, a responsabilidade pela prestação, direta ou sob regime de concessão, do serviço de fornecimento de água, de peculiar interesse local. Interpretação do art. 30, V, da CF/88 (CC 65803/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 07.04.08) (CC 107.409-SP - 2009/0158235-9 - Rel. Min. Castro Meira).**

De outra parte, o Poder Legislativo estadual está interferindo nas atribuições privativas do Poder Executivo, quando exige a instalação de dispositivos destinados à redução da vazão de água nos prédios públicos e determina ao Poder Público a regulamentação da Lei através de seus órgãos competentes. Isto porque, nestes casos, a iniciativa de lei é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 50, § 2º, incisos II e VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "e", da CF). E se a medida legislativa proposta implica na modificação da estrutura de funcionamento da Administração Pública e, porque não, na mobilização de servidores, nova destinação de recursos financeiros deverá gerar aumento de despesa pública, o que constitui afronta também o art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se, ainda, que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Constituição Federal (art.123, inciso III, da Carta Estadual), o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais. Nesse aspecto, os recursos do orçamento já possuem uma destinação específica, sendo que a criação de novas despesas estaria na dependência de uma suplementação da dotação do orçamento do Poder Executivo, o que não afasta o defeito de inconstitucionalidade, porquanto haverá despesas que superam os atuais créditos orçamentários.

E estampada está a ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da Constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), na medida em que uma lei de iniciativa parlamentar está a gerar novas atribuições à Administração Pública, de competência legislativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Estas são as inconstitucionalidades apontadas, sugerindo o veto ao Projeto de Lei em comento.

É o parecer à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 26 de junho de 2013.

Ana Cláudia Allet Aguiar  
Procuradora do Estado

Síntese:

Projeto de Lei nº 541/2009 - Padece o autógrafo de vício de inconstitucionalidade: por violação ao art. 30, inc. I e V, da Constituição Federal, eis que a competência legislativa para cuidar de assuntos de interesse local como a execução de serviço público de fornecimento de água é dos Municípios. Constatada também a violação ao art. 61, §1º, inc.II, alíneas "a" e "e", da CF (interferência no funcionamento da Administração Pública, iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo); art. 63, caput e inc. I, da CF, (aumento de despesa pública); art. 167, inc. II, da CF (desrespeito ao princípio orçamentário); art. 2º, da CF (separação dos Poderes).

Ana Cláudia Allet Aguiar  
16.06.2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PROCESSO: SCC 3408/2013**

**ORIGEM:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**EMENTA:** Autógrafo Do Projeto De Lei Nº 541/2009, De Origem Parlamentar, Que "Obriga A Redução De Vazão De Água Em Torneiras De Prédios Públicos E Comerciais E Adota Outras Providências". Serviço Público De Fornecimento De Água. Assunto De Interesse Local. Competência Legislativa Do Município. Criação De Novas Atribuições Administrativas Para O Poder Executivo. Iniciativa Do Chefe Do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Recomendação De Veto Ao Projeto De Lei.

Senhor Procurador Geral do Estado,  
Acolho o Parecer da Procuradora do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar às fls. 81 a 84.

À vossa consideração.

Florianópolis, 26 de junho de 2013.

**Loreno Weissheimer**

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**SCC 3408/2013**

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 541/2009. Obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências. Inconstitucionalidade. Veto.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

**DESPACHO**

**01.** Acolho o **Parecer n. 148/2013** (fls. 81/84), da lavra da Procuradora do Estado Dra. Ana Cláudia Allet Aguiar, referendado à fl. 86 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica.

**02.** Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

**EDERSON PIRES**

**Subprocurador-Geral do Contencioso**

**Art. 9º, I, LC 317/05**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS**

Ofício GABS nº 408/2013

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor

**NELSON ANTONIO SERPA**

Secretário de Estado da Casa Civil

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Senhoria os pareceres COJUR nº 338/2013 e 339/2013, elaborados pela Consultoria desta Pasta, relacionados a verificação da existência ou não de contrariedade ao interesse público nos autógrafos dos Projetos de Lei nº 541.3/2009 e 016/2012, respectivamente, encaminhados através dos Ofícios nº 2302/13/SCC-DIAL-GEMAT e 2322/13/SCC-DIAL-GEMAT.

Por oportuno, renovo meus votos de consideração e coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PARECER COJUR nº 338/2013 Florianópolis, 27 de Junho de 2013.**

**Processo:** (Ofício nº 2302/13/5CC-DIAL-GEMAT).

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - DIAL.

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 541/2009, que obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências.

A Secretaria de Estado da Casa Civil encaminhou o Autógrafo do Projeto de Lei nº 541/2009, de origem parlamentar, o qual, segundo consta de sua ementa, "*Obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências*", para que esta Secretaria de Estado da Fazenda examine e apresente parecer a respeito da matéria.

Verifica-se que a iniciativa tem por alvo prédios públicos e comerciais, os quais seriam obrigados a reduzir a vazão de água de suas torneiras, "instalando dispositivos arejadores, temporizadores ou ainda outras soluções, sempre visando contenção do desperdício" (art. 1º, *caput*).

Por outro lado, de acordo com o art. 3º do Projeto, as despesas "correrão à conta de dotação orçamentária própria ou suplementada".

Na Justificativa do Projeto, o Deputado proponente assevera que "o projeto de lei visa, além da evidente preocupação com o meio ambiente, a economia dos gastos públicos, eis que com mínimos investimentos advindos da regular manutenção de torneiras e canos dos prédios públicos e comerciais, verificaremos em curto prazo uma razoável economia da água potável, tão rara nos dias atuais".

A primeira impressão sobre o Autógrafo leva à conclusão que a medida é oportuna e atende ao interesse público, vez que propiciaria economia sob dois focos: de recursos naturais e de recursos financeiros, estes tão escassos no setor público, frente às incontáveis demandas.

Ocorre que, ao que tudo indica, os recursos necessários para a implantação das ações decorrentes da Lei que será editada terão origem no Tesouro Estadual, o que, em nosso entendimento torna inviável a sua sanção.

É que, apesar de possuir aspectos positivos, a proposição acarreta aumento de despesa pública, o que a faz depender do necessário estudo sobre a sua repercussão financeira.

Neste contexto, no âmbito de competência desta Secretaria, considerando que o Autógrafo indubitavelmente implica na criação, para o Erário, de um ônus financeiro, entendemos que o mesmo não está em sintonia com os artigos 15 e 16 da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo os quais:

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento do despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

(...)"

Dessa forma, considerando que a iniciativa depende da apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no inciso I, art. 16 da LC 101/2000, bem como da demonstração de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, considerando que não há notícias de que tais exigências legais foram observadas, nosso entendimento é que o Autógrafo apresenta aspectos de contrariedade ao interesse público.

**À vista de todo o exposto**, recomendamos que seja sugerido o veto do Autógrafo do Projeto de Lei nº. 541/2009.

Luiz Henrique Domingues da Silva

**Consultor Jurídico**

De acordo.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado da Casa Civil.  
28/06/2013

**ANTONIO MARCOS GAVAZZONI**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 907**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 016/2012, que "Institui a Campanha de Combate Pedofilia no Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme a seguinte razão:

"Projeto de lei que institui programa governamental/campanha de combate à pedofilia, impondo, para tanto, atribuições aos órgãos do Poder Executivo. Inconstitucionalidade à vista do art. 2º da CF - art. 32 da CE; do art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'e', da CF - art. 50, § 2º, inciso VI, da CE, e do art. 71, inciso IV, alínea 'a', da CE, pois lei de iniciativa parlamentar não pode impor programas governamentais e dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública estadual. Recomendação de veto total."

Ouvida, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, conforme a seguinte razão:

"Considerando que a iniciativa depende de apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar federal nº 101/2000, bem como a demonstração de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano

plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, considerando que não há notícias de que tais exigências legais foram observadas, nosso entendimento que o autógrafo apresenta aspectos de contrariedade ao interesse público. À vista de todo o exposto, recomendamos que seja sugerido o veto ao autógrafo do projeto de lei nº 016/2012".

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 3 de julho de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

PARECER nº **PAR 0147/13- PGE**

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

**Processo:** SCC 3465/2013

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Interessado:** Governador do Estado

**Ementa:** Autógrafo do Projeto de Lei nº 016/2012. Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina. Inconstitucionalidade. Veto.

**Sr. Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,**

Em atenção à solicitação contida no Ofício nº 2321/13/SCC-DIAL-GEMAT, de 20 de junho do corrente ano, os presentes autos foram remetidos a esta Procuradoria para análise do autógrafo do Projeto de Lei nº 016/2013, que "Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina."

O autógrafo do Projeto de Lei ora em exame foi submetido ao senhor Governador do Estado a fim de concluir o processo legislativo. Dispõem o art. 54 e seu § 1º, da Constituição do Estado:

Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia as motivos do veto".

O Estado de Santa Catarina tem competência para legislar sobre a matéria, pois compete aos Estados concorrentemente sobre educação art. 24, IX, CF), proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, CF) e proteção à infância e à juventude (art. 24, XV, da CF). Consta ainda da Constituição do Estado, em seu art. 186, p.u., III:

Art. 186 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, observados os princípios e normas da Constituição Federal.

Parágrafo único. Cabe ao Estado promover:

III - criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes violência no seio das relações familiares, bem como locais adequados ao acolhimento provisório das vítimas de violência familiar.

Apesar da competência do Estado, dos bons propósitos do Poder Legislativo, há inconstitucionalidade em relação iniciativa. Isso porque dispor sobre atribuições dos órgãos da administração pública é de competência privativa do Governador do Estado.

Esta iniciativa afrontada especialmente quando o projeto de lei em discussão, em seus arts. 1º e 2º institui um(a) programa/campanha e determina a realização de palestras, seminários e treinamentos. Enfim, o projeto de lei de iniciativa parlamentar cria atribuições para órgão do Poder Executivo, fato admitido por todos os deputados da Comissão de Finanças e Tributação quando aprovaram (fl. 16) pedido de diligência do Deputado Darci de Matos, do qual se retira:

Analisando a proposição, percebo, que **o texto determina atribuições à Secretaria da Educação**, quando versa no art. 2º: Serão ministradas palestras nas instituições de ensino, bem como ministrados seminários e treinamento aos professores e funcionários do Ensino Fundamental, sobre como perceber e denunciar a pedofilia."

Assim como a matéria situa-se dentre as competências daquela Secretaria, consoante o disposto no art. 68, inciso I, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, que "Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual", alterada pela Lei Complementar nº 466, de 03 de dezembro de 2009, e pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, considero fundamental sua manifestação, bem como da Secretaria de Estado da Fazenda, neste caso para verificação da existência de dotações próprias no orçamento em vigor.

Lei com idêntico teor já foi julgada inconstitucional pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo (ação direta de inconstitucionalidade nº 0228837-38.2010.8.26.0000-990.10.228837-4). O parecer do Ministério Público exarado nos autos desta ADI bem esclarece a similitude da matéria (vide anexo).

A respeito da inconstitucionalidade em relação iniciativa, a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, na análise de outro projeto de lei, já se manifestou sobre o tema em parecer jurídico da lavra do Procurador Sílvio Varela Junior:

**Parecer nº 155/11**

**Processo nº.** PGE 2847/2011

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**EMENTA:** Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa. Projeto de iniciativa parlamentar. Instituição governamental. Projeto cuja iniciativa compete do Governador do Estado. Criação de despesa não prevista na Lei Orçamentária. Vício de inconstitucionalidade.

Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

(...)

Preliminarmente, constata-se que o Autógrafo do Projeto de Lei nº 372/2010 cria uma nova ação governamental não contemplada no programa de governo, representa, em termos práticos, uma nova atividade a ser exercida pelos órgãos públicos. Tal medida legislativa traduz uma invasão da competência privativa do Poder Executivo para dispor sobre a "**organização e o funcionamento da administração estadual**", nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição do Estado.

Além disso, a instituição de atribuições governamentais pelo Poder Legislativo e a imposição ao Poder Executivo para que proceda a sua execução, ofende ao princípio da "**separação dos Poderes**", insculpido no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido por simetria pelo art. 32, da Constituição Estadual:

**"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".**

Aliás esse tema já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º 4 - 04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado" (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente a estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 2-12-05).

(...)

A verificação da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou são considerados contrários ao interesse público.

Isto porque, ainda que se justifique a necessidade de edição de lei, não cabe à autoridade que possui poder de veto a formulação de um juízo eminentemente discricionário quanto a sua conveniência, eis que deve prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

O poder de veto que a Carta Constitucional confere ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado a fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

(...)

A respeito do interesse público friso que duas secretarias de Estado foram desfavoráveis ao projeto de lei (fls. 19/23).

Ante todo o exposto e à vista da incompatibilidade do projeto de lei com o texto constitucional, em especial com o art. 2º, da CF - art. 32, da CE; com o art. 61, § 1º, inc. II, alínea "e", da CF - art. 50, § 2º, inciso VI, da CE; e com o art. 71, IV, "a", da CE, recomendo a oposição de veto total ao Projeto de Lei nº 016/2013. É que lei de iniciativa parlamentar não pode impor programas governamentais e dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública estadual.

Este o parecer que submeto à consideração superior.

EDUARDO ZANATTA BRANDEBURGO

Procurador do Estado

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Processo nº:** SCC 3465/2013

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Interessado:** Governador do Estado

**Ementa:** Autógrafo do Projeto de Lei no 016/2012. Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina. Inconstitucionalidade. Veto.

Senhor Procurador Geral do Estado,

De acordo com a manifestação do Procurador de Estado

Eduardo Zanatta Brandeburgo de fls. 38 a 42.

À vossa consideração.

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

**Loreno Weissheimer**

Procurador - Chefe da Consultoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
SCC 3465/2013**

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 016/2012. Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina. Inconstitucionalidade. Veto.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

**DESPACHO**

**01.** Acolho o **Parecer n. 147/2013** (fls. 38/42) da lavra do Procurador do Estado Dr. Eduardo Zanatta Brandeburgo, referendado a fl. 55 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador- Chefe da Consultoria Jurídica.

**02.** Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

**Ederson Pires**

**Subprocurador- Geral do Conteioso**

**Art. 9º, I, LC 317/05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS

Ofício GABS nº 408/2013

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor

**NELSON ANTONIO SERPA**

Secretário de Estado da Casa Civil

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Senhoria os pareceres COJUR nº 338/2013 e 339/2013, elaborados pela Consultoria Jurídica desta Pasta, relacionados à verificação da existência ou não de contrariedade ao interesse público nos autógrafos dos Projetos de Lei nº 541.3/2009 e 016/2012, respectivamente, encaminhados através dos Ofícios nº 2302/13/SCC-DIAL-GEMAT e 2322/13/SCC-DIAL-GEMAT.

Por oportuno, renovo meus votos de consideração e coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Antonio Marcos Gravazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONSULTORIA JURÍDICA

**PARECER COJUR nº 339/2013** Florianópolis, 27 de Junho de 2013.

**Processo:** (Ofício nº 2322/13/SCC-DIAL-GEMAT).

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - DIAL.

**Assunto:** Autógrafo do Projeto de Lei n. 016/2012, que institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina.

A Secretaria de Estado da Casa Civil encaminhou o Autógrafo do Projeto de Lei nº 016/2012, de origem parlamentar, que "Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina", para análise desta Secretaria de Estado quanto a existência ou no de contrariedade ao interesse público.

Consta no Autógrafo que a Campanha terá por instrumentos palestras nas instituições de ensino, além de seminários e cursos de treinamentos destinados aos professores e funcionários do ensino fundamental.

Por outro lado, de acordo com o art. 32 do Projeto, as despesas "correrão por conta de dotações orçamentárias próprias ou suplementadas, se necessário".

Quanto ao mérito, não há o que opor ao Autógrafo, dada a relevância da matéria nele tratada, sobretudo quanto se tem em mente o aumento dos casos de crime de pedofilia em razão da rápida expansão da "internet".

Ocorre que os recursos necessários para a implantação das ações decorrentes da Lei que será editada terão origem no Tesouro Estadual, o que, em nosso entendimento torna inviável a sua sanção.

É que, apesar de ser louvável, a proposição acarreta aumento de despesa pública, o que a faz depender do necessário estudo sobre a sua repercussão financeira.

Neste contexto, no âmbito de competência desta Secretaria, considerando que o Autógrafo indubitavelmente implica na criação, para o Erário, de um ônus financeiro, entendemos que o mesmo não está em sintonia com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo os quais:

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento do despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para as fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstas nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada dos premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

(...)

Assim, considerando que a iniciativa depende da apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no inciso I, art. 16 da LC 101/2000, bem como da demonstração de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, considerando que não há notícias de que tais exigências legais foram observadas, nosso entendimento é que o Autógrafo apresenta aspectos de contrariedade ao interesse público.

À vista de todo o exposto, recomendamos que seja sugerido o veto do Autógrafo do Projeto de Lei nº. 016/2012.

Luiz Henrique Domingues da Silva

**ConsultorJuridico**

De acordo.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado da Casa Civil.  
28/06/2013

**ANTONIO MARCOS GAVAZZONI**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 330/13

Ofício nº 035/2013 Turvo -SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Turvo, referente ao exercício de 2012.

Maria Lúcia Marcello

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 331/13

Ofício nº 040/2013 Ipira -SC, 19 de junho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipira (APAE), referente ao exercício de 2012.

Rejane Starck Bittencourt Machado

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 332/13

Ofício nº 046/2013 Morro da Fumaça -SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2012.

Nelza Bortolatto Napolini

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 333/13

Ofício nº 051/2013 Lages -SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Seara do Bem, de Lages, referente ao exercício de 2012.

Wilson Ribeiro dos Santos

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 334/13

Ofício nº 081/13 Joinville - SC, 03 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Moacir G. Thomazi

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 335/13

Ofício nº 110/13 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Papanduva, referente ao exercício de 2012.

Ana Rita Mikalovicz

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 336/13

Ofício nº 125/13 Florianópolis - SC, 20 de junho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Movimento Nacional de Educação no Trânsito (MONATRAN), de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Roberto Alvarez Bentes de Sá

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 337/13

Faxinal dos Guedes - SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Faxinal dos Guedes, referente ao exercício de 2012.

Silda Mara Mazzoco Bertol

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 338/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Ludgero, referente ao exercício de 2012.

Helena Faus Schlickmann

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 339/13**

São José - SC, 04 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social São Francisco de Assis, de São José, referente ao exercício de 2012.

Pe Roberto Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 340/13**

Florianópolis - SC, 17 de julho de 2013

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), de Florianópolis, referente ao exercício de 2011.

Leila T. M. Pivatto  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 341/13**

Sombrio - SC, 24 de junho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio, referente ao exercício de 2012.

Orlandina Isoppo Lisboa  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 342/13**

Porto União - SC, 03 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Colmeia Instrutiva, de Porto União, referente ao exercício de 2012.

Neuza Guerellus Tchuvaiff  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 343/13**

Campo Novos - SC, 03 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Coronel Gasparino Zorzi, de Campos Novos, referente ao exercício de 2012.

Delésio Claudemir Machado  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 344/13**

Blumenau - SC, 01 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Renal Vida, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

Roberto Benvenuti  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 345/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (FEAPAESC), de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Julio César de Aguiar  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 346/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Missão Evangélica União Cristã, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

Eno Dietderli  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 347/13**

Apiúna - SC, 03 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Apiúna, referente ao exercício de 2012.

Leonete Boettger Rosseto  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 348/13**

Rio do Sul - SC, 17 de junho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grêmio Esportivo e Assistencial Tiradentes (GEAT), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2012.

Ademir Antunes Branco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 349/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2012.

Elza Nishimura Woehl  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 350/13**

Fraiburgo - SC, 03 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Projeto Espaço Alternativo de Fraiburgo, referente ao exercício de 2012.

Precila Jung Seideer  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 351/13**

Ofício nº 002/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Varsóvia, de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2012.

Edvino Schejelinski  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 352/13**

Ofício nº 08/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Aldo Brito  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 353/13**

Ofício nº 11/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Seara, referente ao exercício de 2012.

Frederico Rosembeck Neto  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 354/13**

Ofício nº 15/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Santa Cecília, referente ao exercício de 2012.

Luiz Carlos Costa Moreira  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 355/13**

Ofício nº 22/13 Florianópolis - SC, 05 de julho de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD), de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.  
Luiz Carlos Costa Ribeiro  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 356/13**

Florianópolis - SC, 23 de junho de 2013  
Comunica a dissolução e liquidação da entidade Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (GEAAF), de Florianópolis.  
Maria Christina Saloman Guimarães  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 357/13**

Joinville - SC, 03 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Circulo Operário de Joinville, referente ao exercício de 2012.  
Djeverson Alessandro Denilson de Souza  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 358/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São José do Cerrito, referente ao exercício de 2012.  
Luiz Carlos Costa Moreira  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 359/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha, de Itajaí, referente ao exercício de 2012.  
Sydney Schead dos Santos  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 360/13**

Ofício nº 135/13 Forquilha - SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Forquilha (APAE), referente ao exercício de 2012.  
Mara Neiva Mezari Borges  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 361/13**

Ofício nº 31/13 Tubarão - SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), de Tubarão, referente ao exercício de 2012.  
Ailton Nazareno Soares  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 362/13**

Ofício nº 254/13 Florianópolis - SC, 03 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.  
José Carlos Pacheco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 363/13**

Urussanga - SC, 02 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urussanga (APAE), referente ao exercício de 2012.  
Eraldo De Villa Anastacio  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 364/13**

Lages - SC, 03 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Rural de Lages, referente ao exercício de 2012.

Márcio Cícero Neves Pamplona  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 365/13**

Ofício nº 135/2013 Florianópolis - SC, 25 de abril de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Florianopolitana de Voluntárias (A.F.L.O.V.), de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Márcia Lange Rila  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 09/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 366/13**

Of. Nº 25/2013 Santa Cecília, 08 de Julho de 2013.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Santa Cecília, referente ao exercício de 2012.

Pedro Cavalheiro Sobrinho  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 367/13**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Tradições Gaúchas Porteira Aberta, de São Miguel d' Oeste, referente ao exercício de 2012.

Emilio Bertuzzi Barbosa  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 368/13**

Of. 18/2013 Balneário Camboriú, 08 de Julho de 2013.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos do Autismo do Litoral de Santa Catarina (AMA), de Balneário Camboriú.

Catia Cristiane Purnhagen Franzoi  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 369/13**

Ofício nº 05/2013 Luzerna, 04 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Circulo Trentino di Luzerna, de Luzerna, referente ao exercício de 2012

Francisco Iager  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 370/13**

São José, 4 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José (ASAPREV).

João Osmar Quadros Pacheco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 371/13**

Ofício nº 030/2013 Salto Veloso, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Salto Veloso, referente ao exercício de 2012.

Mauro Massoco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 372/13**

Blumenau, SC, em 05 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Amigos do 23º Batalhão de Infantaria, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

Luciano Monteiro Bem  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 373/13**

Ofício nº 50/2013 Mondaí SC, 04 de Julho de 2013.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Hospitalar Mondaí, de Mondaí, referente ao exercício de 2012.

Sérgio Vergídio Kich  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 374/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Regional de Palmitos, referente ao exercício de 2012.

Beloni Inácio Decker  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 375/13**

Ofício nº 0156/2013 Canoinhas (SC), 24 de Maio de 2013.  
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas (APOCA), de Canoinhas, referente ao exercício de 2012.

Ernestina de Lima Gonçalves  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 376/13**

OF. 098/13 Araranguá, 04 de julho de 2013.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araranguá (APAE), referente ao exercício de 2012.

Jorge de Oliveira Souza  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 377/13**

Araranguá, 01 de Julho de 2013.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Espírita Casa da Fraternidade, de Araranguá, referente ao exercício de 2012.

Cátia S.G. Hahn  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 378/13**

Salete-SC, 08 de Julho de 2013.  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salete (APAE), referente ao exercício de 2012.

Airton Borgert  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 379/13**

São José, SC 04 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, referente ao exercício de 2012.

Ir. Alzira Hoepers  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 380/13**

Florianópolis, SC 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Vera Regina Meyer Amaral  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 381/13**

Ofício nº 157/12 Lages- SC, 08 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Mãe da Divina Providência - Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, referente ao exercício de 2012.

Rita Maria Kuster Boni  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 382/13**

Xaxim- SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Escola Especial Professora Marlene Stieven - APAE de Xaxim, referente ao exercício de 2012.

Maris Stela Stieven Simonatto  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 383/13**

Massaranduba- SC, 24 de junho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, referente ao exercício de 2012.

Fabiano Spézia  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 384/13**

Araranguá- SC, 01 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cia Teatral Bocarela das Palavradas, de Araranguá, referente ao exercício de 2012.

Alexssandro Gomes Teixeira  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 385/13**

Ofício nº 66/13 Tijucas- SC, 02 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Assistencial Espírito Santo, de Tijucas, referente ao exercício de 2012.

Angela Terezinha Campos Steil  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 386/13**

Rio do Sul- SC, 04 de julho de 2013  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí (FUSAVI), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2012.

Giovani Nascimento  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 387/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2012.

Raulino Erico Telmo  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 10/07/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 388/13**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Voluntárias do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Salvelina Maria de Jesus  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/07/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 389/13**

Joinville- SC, 03 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Santa Luiza de Marillac, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Aurélia Maria Silvy  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 10/07/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 390/13**

Balneário Camboriú- SC, 04 de julho de 2013

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Redenção, de Governador Celso Ramos, referente ao exercício de 2012, e solicita alteração da Lei nº 15.446, de 2011.

Alceu Daud de Mello  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 11/07/13

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 1757, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VILSON BOHN**, matrícula nº 3551, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1758, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ADEMIR LUIZ DE SOUZA**, matrícula nº 7203, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1759, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **IVAN TORRESANI**, matrícula nº 6889, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1760, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUIZ FANTINI**, matrícula nº 6887, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1761, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA SALETE ULLER**, matrícula nº 3128, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1762, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MILTON DA SILVA**, matrícula nº 6888, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1763, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **PAULINA COELHO HARLE**, matrícula nº 6890, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1764, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SABRINA PRUNER CRESPI BORJA**, matrícula nº 6884, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1765, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA**, matrícula nº 6885, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1766, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SEBASTIÃO JOSÉ HANG**, matrícula nº 7276, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1767, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SONIA REGINA PORTALETE**, matrícula nº 7012, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-82, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1768, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **VICTORIA LI FRETTA CALDAS**, matrícula nº 7293, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1769, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DIEGO GIL MARQUEZ MATOS**, matrícula nº 7291, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1770, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN**, matrícula nº 7202, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1771, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1772, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1773, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EDISON MEIRA**, matrícula nº 5639, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1774, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DIEGO GIL MARQUEZ MATOS**, matrícula nº 7291, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1775, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EDISON MEIRA**, matrícula nº 5639, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1776, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1777, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN**, matrícula nº 7202, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1778, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1779, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VICTORIA LI FRETTE CALDAS**, matrícula nº 7293, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Edison Andrino - Tubarão).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1780, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch - Anita Garibaldi).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1781, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SIRLENE TEREZINHA DIENER**, matrícula nº 7070, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de julho de 2013 (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1782, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ADRIANA FERNANDES VALÉRIO**, matrícula nº 7074, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Rio Negrinho).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1783, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CLÉSIO JOSÉ FORTUNATO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1784, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 017/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
1039	Victor Inácio Kist	Equipe de apoio
3748	Evandro Carlos dos Santos	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1785, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
3748	EVANDRO CARLOS DOS SANTOS	Pregoeiro
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro substituto
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1786, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1509/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** ao servidor **JOAO OSCAR KRIEGER MERICÓ**, matrícula nº 766, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 29 de junho de 2008 e 28 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1787, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1506/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** ao servidor **HENRIQUE JOSÉ DA COSTA**, matrícula nº 772, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 29 de junho de 2008 e 28 de junho de 2013.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1788, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
LISE HELENA VAUCHER PAIM	7180	3%	3%	24/6/2013	1432/2013
JUAREZ VIEIRA	6292	3%	3%	22/6/2013	1472/2013
TATIANE KUSTER MUNDIENDIL	6145	3%	3%	1º/7/2013	1507/2013

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1789, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Darci de Matos para o gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, a contar de 10 de julho de 2013.

Matrícula	Nome	Nível
7317	CLAUDIA MENDONÇA BATISTTI	PL/GAB-04
6549	CRISTIANE DO NASCIMENTO	PL/GAB-28
5191	CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES	PL/GAB-01
6733	DOMINGOS DE ABREU MIRANDA	PL/GAB-81
5174	EDERSON GIOVANI GAVA	PL/GAB-66
6031	ELIZABETH ROCHA	PL/GAB-58
6925	HUGO GUILHERME LUTZ NASCIMENTO GOMES	PL/GAB-25
7322	ISADORA SIMAS RIBEIRO	PL/GAB-21
5186	ISRAEL ERBS	PL/GAB-72
5176	JOAO BATISTA RODRIGUES	PL/GAB-35
4675	JOSE ALEXANDRE MACHADO	PL/GAB-97
7287	JOSE DE SOUZA CARDOSO	PL/GAB-22
5617	MARA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA	PL/GAB-35
7191	MARIA TEREZINHA DE CAMPOS	PL/GAB-48
6767	MARLON FERNANDO STOFFEL	PL/GAB-49
7414	MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA	PL/GAB-22
7290	MOACIR DA SILVA	PL/GAB-55
5565	MOISES DE FARIA	PL/GAB-74
5578	NYREE VAN SONNESEN	PL/GAB-57
5183	TATIANA CRISTINA BERNARDO	PL/GAB-44
7289	TEREZA VIERHELLER	PL/GAB-24
6879	VERA LUCIA DE OLIVEIRA VIEIRA	PL/GAB-65

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1790, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** os vínculos de pertinência relativos à lotação da servidora abaixo relacionada, do gabinete do Deputado Darci de Matos para o gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, a contar de 10 de julho de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor
2055	RICARDO BULCÃO VIANNA
9219	ISABELA DE FÁTIMA SCHWENGBER

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1791, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **RICARDO BULCAO VIANNA**, matrícula nº 2055, do gabinete do Deputado Darci de Matos para o gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, a contar de 10 de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1792, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 019/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
3748	Evandro Carlos dos Santos	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1793, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DANIELA REBHAIM** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1794, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RAUVENDALLI FELIPIAK OLIVEIRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon - Brusque).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1795, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALEXANDRE DORTA CANELLA**, matrícula nº 5171, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig - Palhoça).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1796, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SUSANA RIGO**, matrícula nº 6575, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1797, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALEXANDRE HENRIQUE GIL** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig - São José).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1798, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1282/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento da servidora **MARCELA DINIZ DOS SANTOS**, matrícula nº 7214, duas quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 3 de junho de 2013.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1799, de 10 de julho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de julho de 2013.

**Gab. Dep. Ciro Marcial Roza**

Matrícula	Nome	Cidade
7317	CLAUDIA MENDONÇA BATISTTI	JOINVILLE
6549	CRISTIANE DO NASCIMENTO	JOINVILLE
5191	CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES	JOINVILLE

6733	DOMINGOS DE ABREU MIRANDA	JOINVILLE
5174	EDERSON GIOVANI GAVA	JOINVILLE
6031	ELIZABETH ROCHA	ITAPEMA
6925	HUGO GUILHERME LUTZ NASCIMENTO GOMES	JOINVILLE
7322	ISADORA SIMAS RIBEIRO	ITAPEMA
5186	ISRAEL ERBS	JOINVILLE
5176	JOAO BATISTA RODRIGUES	JOINVILLE
7287	JOSE DE SOUZA CARDOSO	JOINVILLE
5617	MARA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA	JOINVILLE
7191	MARIA TEREZINHA DE CAMPOS	JOINVILLE
7414	MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA	BALNEÁRIO PIÇARRAS
7290	MOACIR DA SILVA	JOINVILLE
5565	MOISES DE FARIA	JOINVILLE
5578	NYREE VAN SONNESEN	JOINVILLE
7289	TEREZA VIERHELLER	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL</b>
---

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 003.1/13**

Altera o Art. 36; e dispositivos dos Arts. 40; 44; 54 e 68 da Constituição do Estado de Santa Catarina para abolir o voto secreto das deliberações da Assembleia Legislativa.

Art. 1º O Art. 36 e dispositivos, abaixo mencionados, dos Arts. 40; 44; 54 e 68, da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 Todas as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões, presente a maioria absoluta dos seus membros, serão tomadas através do voto aberto, exigida a maioria simples (NR).

Art. 40 (...)

XXIII - Aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha dos:

a) Conselheiro do Tribunal de Contas indicados pelo Governador do Estado;

b) titulares de outros cargos ou funções que a lei determinar;  
XXIV - destituir, por deliberação da maioria absoluta, na forma da lei complementar, o Procurador - Geral de Justiça (NR);

Art. 44 (...)

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa (NR);

Art. 54 (...)

§ 4º - O veto será apreciado pela Assembleia Legislativa dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados (NR);

Art. 68 - (...)

§1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa. (NR).

Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputado Jailson Lima  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Volnei Moraston  
Deputada Ângela Albino  
Deputado Jorge Teixeira  
Deputado Neodi Saretta  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputada Luciane Carminatti  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Mauro de Nadal  
Deputado José Milton Scheffer  
Deputado Ismael dos Santos  
Deputado Maurício Skudlark  
Deputado José Nei Ascari  
Deputada Dirce Heiderscheidt  
Deputado Moacir Sopesla

Lido no Expediente  
Sessão de 10/07/13

## JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Parlamentares, a Proposta de Emenda a Constituição visa abolir o voto secreto no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, clamor popular no passado, presente e futuro.

Está em tramitação final a mesma proposta no Senado, a proposta vai de encontro aos princípios constitucionais, abolir o voto secreto é um ato moral e cívico, impõe ao representante popular a transparência de seus atos, dando a população a oportunidade de fiscalizar os atos do seu representante.

Com a aprovação da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei da Transparência aumentou o clamor popular pela transparência nos atos legislativos.

Pelo exposto, esperamos contar com a aprovação unânime dos Parlamentares, para a regulamentação deste ato democrático.

Sala das Sessões, em

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 257.2/2013**

Dispõe sobre a implantação do Selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Selo Amigo do Idoso às entidades de atendimento ao idoso, em conformidade com as Leis federais nºs 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

Art. 2º O Selo Amigo do Idoso destina-se a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades de atendimento aos idosos nas modalidades casas de repouso, asilos, centros de convivência, casas lares, oficinas abrigadas, dentre outras determinadas em regulamento.

Art. 3º Farão jus ao Selo Amigo do Idoso as entidades que primarem no atendimento ao idoso, garantindo-lhes condições de segurança, higiene e saúde, além de desenvolverem atividades físicas, laboratoriais, recreativas, culturais e associativas.

Art. 4º O Selo Amigo do Idoso será concedido, anualmente dentro de critérios a serem regulamentados, pelo Conselho Estadual do Idoso, que deverá manter equipes permanentes de avaliação das entidades de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 10/07/13

## JUSTIFICATIVA

Objetivo do projeto de lei em tela é a implantação do Selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso, localizadas no Estado de Santa Catarina.

A melhor forma de apurarmos a qualificação da instituição é através da fiscalização bem como atestar que, aquela instituição trata o idoso com o devido respeito e tratamento adequados. Isso, em tese, auxilia a população interessada em avaliar o melhor serviço e a qualidade instituição.

Diante do exposto, entendemos que essa seja uma medida de grande relevância social, por isso peço apoio aos meus ilustres Pares, para aprovação do projeto de lei em tela.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 258.3/2013**

Dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para todos os alunos da rede pública estadual de ensino, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica assegurada a realização gratuita de testes vocacionais a todos os alunos regularmente matriculados no ensino médio da rede pública estadual de ensino.

Parágrafo único. Os testes de que trata o caput deste artigo serão aplicados por equipes técnicas especializadas na área de Psicologia respeitando uma programação anteriormente divulgada.

Art. 2º As condições técnico-operacionais e os objetivos específicos dos testes vocacionais, aplicados de acordo com esta Lei são de responsabilidade do respectivo órgão técnico.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 10/07/13

## JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto de lei é garantir aos alunos da rede pública estadual de ensino uma correta orientação vocacional, a qual irá diagnosticar quais as melhores possibilidades para a escolha de uma profissão, contribuindo desta forma, para que o jovem possa com maior facilidade ingressar em uma carreira que realmente identifica com seu estilo e talento.

Em geral, os formando do ensino médio, têm dificuldades para escolher sua formação superior ou técnico por falta de percepção de suas tendências laborativa em determinadas áreas.

Portanto, o Estado deve na medida do possível, promover a realização dos referidos testes em vista a orientação dos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino para uma futura profissão.

Por isso, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação da presente porposição.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR</b>
------------------------------------

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 921**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto de lei complementar que "Altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Florianópolis, 9 de julho de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/13

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS**

EM Nº 8/2013

Florianópolis, 27 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência proposta de alteração da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

A referida proposta assegura a garantia constitucional de isonomia quanto aos direitos e às obrigações dos homens e das mulheres e respeita integralmente aos princípios e preceitos estatuidos nos artigos 5º, caput e 37, I e II Constituição Federal.

Nestas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência este projeto de lei complementar para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

**LUCIANO VELOSO LIMA**

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0024.4/2013**

Altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

IV - possuir altura não inferior a:

a) 1,60 m (um metro e sessenta centímetros), para candidatas do sexo feminino;

b) 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros), para candidatos do sexo masculino; e

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*